



Índice

- 01** Dom Tomás, o eterno militante da causa indígena
- 02** Lideranças Kaingang do Rio Grande do Sul exigem demarcação de suas terras e avisam: as mesas de diálogo estão rompidas
- 03** O enviado para incomodar: Tomás Balduino+
- 04** Indígenas Munduruku divulgam novo comunicado sobre displicência do governo
- 05** Quilombolas reivindicam reconhecimento de territórios
- 06** Ambulância que levava índia grávida a hospital é alvo de tiros no sul da BA
- 07** Forças paralelas perseguem indígenas e acirram clima de tensão no norte do RS
- 08** Liderança indígena culpa ministro da Justiça por derramamento de sangue em Faxinalzinho (RS)
- 09** Aryon Rodrigues e a farofa de banana, por José Ribamar Bessa Freire
- 10** Caríssimo Dom Tomás, nosso irmão, amigo, patriarca
- 11** Crianças ilhadas no Rio São Francisco enfrentam dura jornada para estudar
- 12** Cacique Babau foi libertado na noite de sexta, dia 2. Notícia foi mantida em sigilo para garantir sua segurança
- 13** Justiça suspende licença da usina São Manoel, no rio Teles Pires, para proteger índios isolados



- 14 Rio dos Macacos: Dia 6 de maio, MPF promove nova etapa de negociações sobre permanência da Vila Naval no território quilombola, em Aratu*
- 15 Sônia Guajajara: Empresas francesas participam da violação dos direitos das populações indígenas
- 16 Calou-se a voz de Tomás Balduino, por Pedro Tierra
- 17 Dom Tomás Balduino: "Governo do Pará vendia terras no mapa", por Alceu Castilho
- 18 Ministro da Agricultura [ou será do Agronegócio?] defende "regras para a demarcação de terras indígenas": PEC 215
- 19 Lenda indígena sobre Iara ganha versão em quadrinhos
- 20 Buraqueira e "pedágio" indígena
- 21 Inaplicabilidade de prescrição é utilizada para conceder benefício à indígena
- 22 Guaranis Race acontece dentro de aldeia indígena
- 23 Documento Final do Encontro de Professores Indígenas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina
- 24 Último ano para a coleta de assinaturas da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras
- 25 Livro sobre o Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil será lançado dia 8 em Brasília
- 26 Índios e lavradores dão adeus a dom Tomás durante velório em Goiás
- 27 Demarcação de terras indígenas é cumprimento da Constituição, diz dom Erwin



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 05 de maio de 2014.

Krautler

- 28** Inaplicabilidade de prescrição é utilizada para conceder benefício à indígena
- 29** Juiz manda Estado indenizar família em R\$ 4,5 mi por venda de área indígena
- 30** Ângela confirma pré-candidatura e anuncia Instituto Federal Indígena



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 05 de maio de 2014.

Dom Tomás, o eterno militante da causa indígena

SÍTIO CIMI, 03.05.2014

Às 23hs30min de ontem, dia 2 de maio, disse-nos adeus o incansável guerrilheiro das grandes causas da humanidade. Profeta e conselheiro, estrategista e sonhador, Dom Tomás foi um homem de muitas causas. Assim como a mensagem do Evangelho, nunca se deixou limitar pelas fronteiras, ultrapassou todas elas para defender a vida. Nessa sua missão transfronteiriça assumiu as lutas dos povos indígenas como uma das suas prioridades. Por essa razão, percorreu todo o Brasil para apoiar as justas reivindicações dos povos originários em defesa de seus territórios tradicionais e de suas formas próprias de vida. Depois de ter participado da fundação do Cimi e ter exercido a função de vice-presidente e presidente, tornou-se padrinho honorário da entidade. Sua partida nos deixa grande saudade provocada pelo sentimento de perda, mas nossa certeza na ressurreição nos consola e nos torna conscientes de que seu compromisso com causa dos indígenas, assim como com a causa de todos os povos agora será eterno.

Brasília, DF, 3 de maio de 2014.

Cimi - Conselho Indigenista Missionário

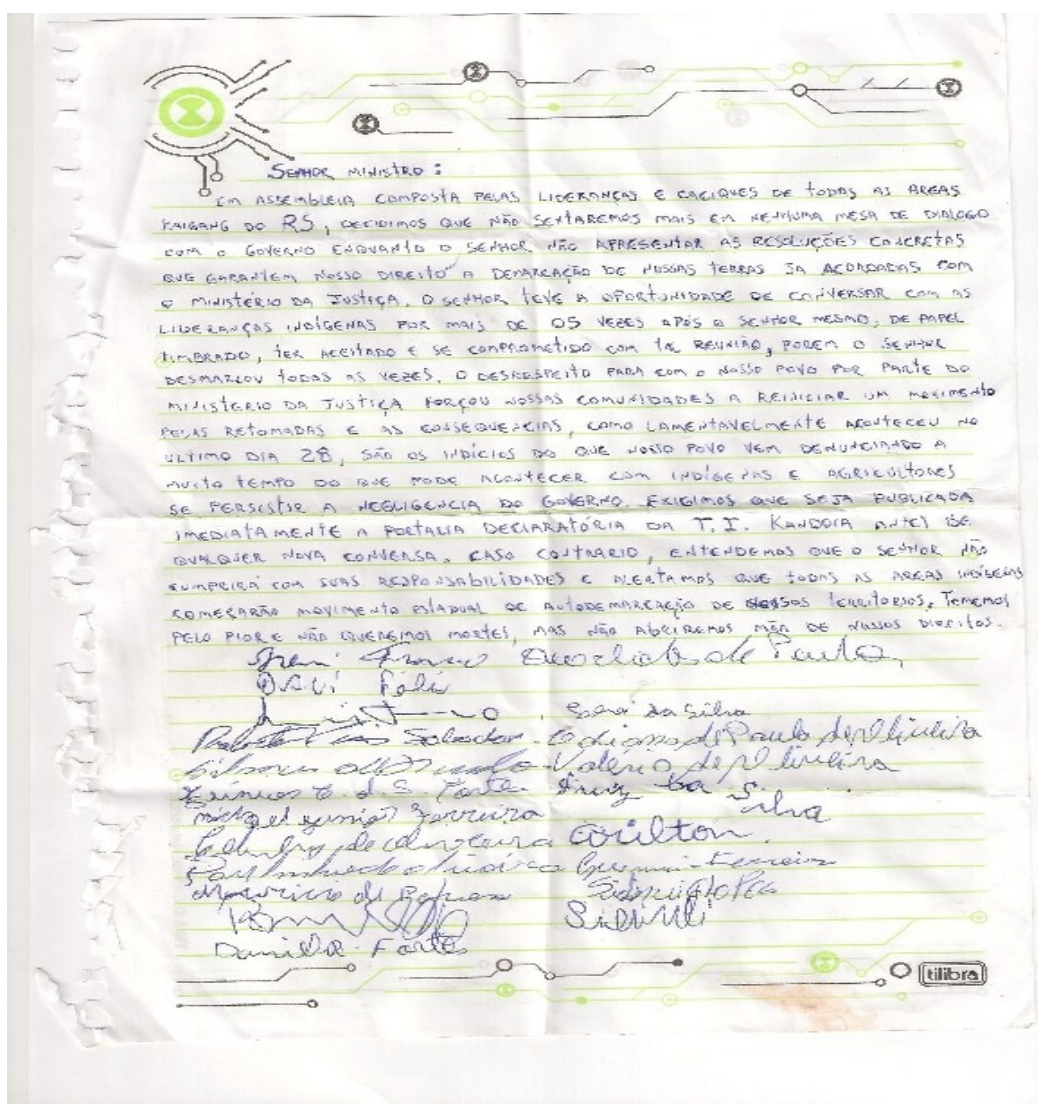
Informações sobre a celebração de despedida:

O Corpo será velado na Igreja São Judas Tadeu, no Setor Coimbra, em Goiânia, até às 10 horas do domingo, dia 4, momento em que será concelebrada a Eucaristia, e logo em seguida será transladado para a cidade de Goiás, onde será velado na Catedral até às 9 horas da 2ª feira, dia 5, e logo em seguida será sepultado na própria Catedral.

Telefones para Contato com Frei José Fernandes ou Vilma: 62 9611 12 13, 62 9636 9418, 62 8103 0324.



Lideranças Kaingang do Rio Grande do Sul exigem demarcação de suas terras e avisam: as mesas de diálogo estão rompidas
SÍTIO CIMI, 03.05.2014





O enviado para incomodar: Tomás Balduino+
SÍTIO CIMI, 05.05.2014

Memória – Militância - Missão

Morreu no dia 2 de maio em Goiânia, o bispo emérito da cidade de Goiás, dom Tomás Balduino, aos 91 anos de idade.

Dom Tomás era uma memória viva da pastoral indigenista da Igreja Católica. Ele enriqueceu essa pastoral com a herança dominicana, viva em pessoas como Las Casas, António e Montesinos e Chenu. A pastoral indigenista pós-conciliar foi forjada na resistência à ditadura militar, à falácia do progresso e às promessas da integração sistêmica. Essa resistência perpassa uma mancha de sangue de testemunhas qualificados na grande tribulação – precursores da páscoa definitiva.

Herança

Tomás Balduino era dominicano como Bartolomé de las Casas, Francisco de Vitória e António de Montesinos. Com faro político-pastoral se tornaram defensores intransigentes dos povos indígenas. Mas nem todos os dominicanos são como Las Casas, Vitória e Montesinos. Também inquisidores receberam a sua formação na Ordem dos Pregadores (OP). A pregação do Evangelho pode cegar e iluminar. A ordem religiosa é uma família que, apesar das intervenções virtuais periódicas do fundador e das fontes estudadas no noviciado e relidas, mais tarde, nos retiros espirituais, não garante nada, mas facilita muito.

Como na hora da Conquista, também na segunda metade do século XX, a família dominicana foi uma voz profética e inovadora da ação pastoral da Igreja Católica. Nessa fonte, Tomás Balduino bebeu durante seus estudos na França, onde respirava uma nova teologia, a chamada Nouvelle théologie, decisiva para seu itinerário eclesial posterior. Essa nova teologia tinha fundamentos sólidos no passado, em Tomás de Aquino, xará de nome e confrade dominicano de Tomás Balduino. A proximidade na defesa dos povos indígenas entre Las Casas e Tomás Balduino tem uma raiz comum na teologia da Ordem dos Dominicanos.

O primeiro período da teologia medieval foi a Patrística, que em Santo Agostinho (354-430), com base na filosofia de Platão, teve seu maior expoente. O representante gigante do segundo período, da Escolástica, foi Tomás de Aquino (1225-1274). Como professor em Paris e através dos Árabes, começa a conhecer e introduzir em sua reflexão Aristóteles, até então proibido na cristandade. Com grande simplificação pode-se dizer que Platão é o filósofo das ideias eternas de quem Agostinho se serviu para a construção de sua teologia, predominantemente, dedutiva. Aristóteles é o filósofo do chão concreto da realidade, da ciência e da ética prática. Tomás de Aquino se serviu de Aristóteles para uma teologia de cunho indutivo, articulada com a realidade concreta e palpável. Essa é a teologia que o Vaticano II assumiu, com seus pilares na história, sociedade e realidade político-econômica.

CONT.



Na conquista das Américas, essas duas correntes marcaram referenciais teológicos opostos que influenciaram diretamente no tratamento dos povos indígenas. Uns se apoiavam, em sua reflexão, no substrato agostiniano da “teologia das sentenças” do século XII, com sua visão teocrática do poder papal e seu olhar pessimista sobre a natureza humana; outros se serviram da posição jus-naturalista elaborada por Tomás de Aquino no século XIII.

Na “teologia das sentenças” de Pedro Lombardo, por exemplo, havia certa confusão entre a ordem natural e a sobrenatural. Seguindo a tradição de Santo Agostinho (354-430) nas lutas contra o pelagianismo, que negava o pecado original e a necessidade do batismo das crianças, os sentencialistas atribuem ao pecado original uma influência que quase destrói a natureza humana. Daí provêm as exigências de um contrapeso na graça e no sobrenatural. A minimização do natural inspirou as interpretações teocráticas do poder pontifício, desde os tempos de Gregório VII (1073-1085).

Já no século XIII, nas universidades de Paris, Bolonha, Oxford e Salamanca, nasce algo novo. Agora, por influência dos Árabes, Aristóteles é traduzido, e sua leitura ajuda a teologia a reconhecer os limites dos seus próprios campos. Tomás de Aquino faz, livremente inspirado por Aristóteles, avançar a reflexão teológica, quando começa a distinguir entre o natural e o sobrenatural, entre razão e fé. Como o natural não dispensa a graça (o sobrenatural), também a graça não destrói a natureza, mas a aperfeiçoa. O direito divino, que tem a sua origem na graça, não suspende o direito humano, que é de ordem natural. Na teologia agostiniana, que era a teologia hegemônica da Idade Média e na Conquista, a natureza pagã era uma natureza destruída pelo pecado original, e, portanto, sem possibilidade de salvação, a não ser, pelo batismo. Na teologia dos dominicanos, explicitado por Las Casas em seu Tratado de “Único modo”, a natureza dos povos indígenas não foi destruída pelo pecado original. Há uma continuidade entre a ordem de criação e de salvação.

Tomás Balduino nunca explicitou esse fundo teológico de sua herança que mais tarde daria a base de sustentação antropológica e teológica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Talvez por causa dos seus interlocutores, que eram índios, lavradores e movimentos sociais, ele se destacou mais por suas análises políticas que por reflexões teológicas. Mesmo nas Assembleias da CNBB, na época ainda realizadas em Itaici, quando pediu a palavra, se ouviu um staccato político-pastoral certo e não o legato de uma fuga bachiana. Noite adentro, quando seus colegas jogavam pôquer ou tomavam uma cervejinha, Tomás, em off, era um articulador incansável e estrategista hábil. Para ele, a teologia tinha que ser prática, política, serva da práxis pastoral. O Vaticano II (1962-1965), que se definiu como concílio pastoral, veio ao seu encontro.

Vaticano II

Foram três grandes teólogos da família dominicana que se destacaram no Vaticano II e no tempo pós-conciliar: Marie-Dominique Chenu (1895-1990) e seus dois alunos, Yves Congar (1904-1995) e Edward Schillebeeckx (1914-2009). Chenu e Congar chegaram à porta do Concílio, como a maioria dos teólogos relevantes da época, arrastados na corrente da suspeita e da proibição, condenados ao silêncio e exílio por um “regime de denúncia e de centralismo totalitário”, como escreve Congar em seu diário, um regime “sem justiça e sem

CONT.



misericórdia”[1].

A coragem dos movimentos bíblicos, litúrgicos e pastorais foi – por longos anos pré-conciliares – acompanhada e estimulada pela coragem inovadora e a retidão intelectual de teólogos, como Chenu, que resistiram à perda da percepção da realidade no interior da Igreja.[2] Com seu serviço teológico ao povo de Deus ultrapassaram as fronteiras da academia e do legalismo, e colocaram a sua vida profissional em risco. A reflexão teológica de Chenu, que era medievalista, contribuiu para a teologia indutiva do Concílio que reconheceu a “história”, a “realidade terrestre”, a “autonomia da cultura e ciência” e os “sinais dos tempos” como pilares que deveriam sustentar o conjunto teológico-pastoral do evento conciliar.

Além da reflexão teológica indutiva focada na história e na sociedade, mais tarde assumida pela “Teologia Política”, de João Batista Metz, e a “Teologia de Libertação”, de Gustavo Gutierrez, Chenu estava, concomitantemente com a produção teológica, envolvido em trabalhos pastorais. Por longos anos foi assistente da Ação Católica e da pastoral operária. Esta presença pastoral, com seu método da “revisão de vida” (ver, julgar, agir), influenciou fortemente seus tratados teológicos. Nos anos pós-conciliares, a Pastoral da América Latina e seus documentos eclesiais se beneficiaram desse método indutivo, desde o papa João XXIII (1958-1963) assumido pelo magistério como um instrumento válido para a análise da realidade (cf. Mater et magistra, 235).

A sobriedade missionária do movimento dos padres operários e da Mission de France, o despojamento de um Abbé Pierre (1912-2007), fundador do movimento dos maltrapilhos-construtores de Emaús, já apontaram para a opção pelos pobres e pelos que mais sofrem. Desde o início do século XX se tinha notícia do martírio e da opção corajosa pelos Outros de um Charles de Foucauld (1858-1916) e dos seus seguidores nos mais diversos movimentos espirituais e fundações religiosas. Em 1958, nove anos antes da chegada de Tomás Balduino como bispo, as Irmãs de Jesus iniciaram sua presença no meio do povo tapirapé e deram à igreja local de Goiás/GO lições de inculturação. Muitos anos antes do Vaticano II, quando Tomás Balduino ainda concluiu seus estudos teológicos em Saint Maximin (1948-1950), a França era um laboratório pastoral criativo e sua Igreja, que era pobre, antecipava questões pastorais posteriormente articuladas pelos paradigmas da inserção, da inculturação e da opção pelos pobres e Outros.

Com a teologia, que assumiu a realidade terrestre inserida na história da salvação e os sinais dos tempos, como sinais de Deus no tempo, no Vaticano II venceram Tomás de Aquino e sua corrente do Direito Natural. O Concílio declarou liberdade e pluralidade religiosas como direitos humanos que foram, antes do Vaticano II, consideradas inaceitáveis ou aceitáveis apenas como realidades de fato, mas não de jure, porque ao “erro” não se deve atribuir legalidade.

A proximidade do mundo e dos reais problemas da humanidade, e o reconhecimento da autonomia da realidade terrestre e da pessoa são aprendizados históricos. Permanecem buscas permanentes para escapar da conformação alienante à prosperidade material e da adaptação superficial a modas e ondas, ou ao distanciamento deste mundo em nichos de bem-estar espiritual. Muitas questões que no Concílio pareciam ter encontrado um consenso, voltaram à tona no tempo pós-conciliar, marcado pela euforia pentecostal de pequenos grupos e pelo

CONT.



pessimismo autoritário de certo neoagostinianismo. Novamente, a liberdade religiosa em sua forma de pluralismo religioso é questionada como uma “teoria de índole relativista” que se pretende justificar “não apenas de facto, mas também de jure (ou de princípio)”. [3] Num mundo de grandes mudanças, um setor significativo da Igreja Católica corre o risco de reduzir o aggiornamento de João XXIII a uma modernização conservadora norteadas pela pergunta: “Como podemos-nos adaptar ao mundo sem transformar nossas estruturas pastorais caducas”? Ao protelar a “conversão pastoral”, proposta por Aparecida (DAP 365ss), a chamada Nova Evangelização corre o perigo da encenação de uma peça antiga, que precisa e pode ser reescrita.

Contexto

No oitavo ano da ditadura militar no Brasil, cinco anos depois da extinção do “Serviço de Proteção aos Índios/SPI” por corrupção, sadismo e massacres de tribos inteiras, quatro anos depois de Medellín e do Ato Institucional n. 5, no terceiro ano do terceiro general-presidente, Emílio Garrastazu Médici, no período mais repressivo da história do Brasil, e um ano depois das denúncias do “espírito faraônico das missões”, pelos antropólogos de Barbados I,

naquele ano de 1972

- quando os Estados Unidos retiram as suas tropas do Vietnã;
- quando em Estocolmo se realiza a Primeira Conferência do Meio Ambiente;
- quando o conflito do Oriente Médio alcança os Jogos Olímpicos, em Munique, onde oito palestinos fazem 11 reféns entre os integrantes da comitiva de Israel, exigindo a libertação de 200 Feddayns, presos em Telaviv (11 reféns e cinco palestinos mortos);

naquele ano de 1972

- quando a Doutrina da Segurança Nacional dos Estados Unidos criou uma insegurança total na América Latina;
- quando a Transamazônica (BR 230) que vai destruir 29 territórios indígenas, é inaugurada e celebrada como símbolo do desenvolvimento e do “milagre brasileiro”;

naquele ano de 1972

um pequeno grupo de 25 missionários e missionárias, convocados pelo Secretário geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, se reúne em Brasília para discutir o projeto de Lei n. 2328 que tramitava na Câmara e dispunha sobre o Estatuto do Índio.

Ao convocar esse grupo missionário, pensou-se, na CNBB, criar uma assessoria ligada às bases missionárias que deveria observar a política indigenista do governo e promover o aggiornamento missionário da Igreja Católica. Havia preocupações concretas: as denúncias feitas na Declaração de Barbados I (1971) [4], a insatisfação dos missionários com a pastoral

CONT.



neocolonial e não específica junto aos povos indígenas, as denúncias sobre matanças de índios.

Em 1969, apareceram no exterior notícias sobre o genocídio dos índios no Brasil, inclusive com fotos de índios torturados. A “pacificação” dos Cinta-Larga ocupou, desde 1969, as manchetes dos jornais. A construção das rodovias BR 230 (Transamazônica), 174 (Manaus-Boa Vista), 163 (Cuiabá-Santarém), 364 (Cuiabá-Porto Velho) e 210 (Perimetral Norte) projetou suas sombras sobre dezenas de povos indígenas na Amazônia. O órgão da política indigenista do Estado, a Fundação Nacional do Índio (Funai), teve a incumbência de garantir que os índios não representassem obstáculo à política desenvolvimentista.

O grupo convocado por Ivo Lorscheiter se constituiu em “Conselho”, oficiosamente ligado à CNBB. A ata da primeira reunião desse Conselho, escrita a 23 de abril de 1972, por Dom Geraldo de Proença Sigaud, um dos ferrenhos contestadores do Vaticano II e então bispo de Diamantina (MG), foi assinada por outros 25 participantes, entre eles os bispos Ivo Lorscheiter (secretário-geral da CNBB), Henrique Froehlich (Diamantino, MT), Luís Gomes de Arruda (Guajará-Mirim, RO), Eurico Kräutler (Altamira, PA), Pedro Casaldáliga (São Félix, MT), Tomás Balduino (Goias, GO), Estêvão Cardoso de Avelar (Marabá, PA) e os missionários Tomás de Aquino e Sílvia Wewering. Foi o nascimento do Cimi, dez anos depois do início do Concílio Vaticano II.

Os participantes do primeiro encontro ainda elegeram sete membros como primeiros conselheiros estatutários do Cimi: os padres Adalberto Holanda Pereira, jesuíta; Casimiro Beksta, salesiano; Thomaz de Aquino Lisboa, jesuíta; irmã Sílvia Wewering, das Servas do Espírito Santo e D. Tomás Balduino Ortiz. Os padres Ângelo Jaime Venturelli, salesiano, e José Vicente César, do Verbo Divino, foram respectivamente eleitos presidente e secretário do Cimi. A presença de D. Tomás Balduino para a transformação desse grupo heterogêneo numa pastoral profética pró-índio, era essencial. O que facilitou a sua tarefa foi o fato de que na hora da fundação do Conselho Indigenista Missionário (1972), a Igreja latino-americana já tinha feito a sua leitura do Vaticano II com os olhos de Medellín (1968): assumir a realidade dos pobres, presença nessa realidade (inserção), articulação dos sujeitos que vivem nessa realidade, alianças com Igrejas e movimentos fora do País que estava atravessando anos de ditadura militar colada em certa euforia desenvolvimentista na contramão dos povos indígenas no Brasil e na maioria dos países do continente.

Tomás Balduino continuou até hoje como patriarca iluminado, conselheiro e amigo do Cimi. A ruptura com o sistema de acumulação e de injustiça não depende do pastor, mas se torna mais viável com ele. Sua missão é “despertar esperança em meio às situações mais difíceis, porque, se não há esperança para os pobres, não haverá para ninguém” (DAP 395).

Virada pastoral

Na época da fundação do Cimi, em 1972, a sociedade brasileira e as Igrejas locais não acreditavam na possibilidade de os povos indígenas virem a ter futuro próprio, como povos e nações. Parecia lógico que o caminho indicado para o futuro dos 90 mil (segundo dados do governo militar da época) ou 180 mil índios, segundo o recenseamento do Cimi de então, seria a sua integração aos padrões culturais e jurídicos da sociedade nacional e a sua assimilação

CONT.



étnica e religiosa. A perspectiva de integração dos índios na sociedade classista dispensaria a demarcação de suas terras e a sua proteção específica; a perspectiva de sua conversão dispensaria o diálogo inter-religioso e a inculturação.

Os princípios, que desde o início fundamentaram a ação do Cimi e condensaram a “virada pastoral, foram:

- a) o respeito à alteridade indígena em sua pluralidade étnico-cultural e histórica e a valorização dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas;
- b) o protagonismo dos povos indígena sendo o Cimi um aliado nas lutas pela garantia dos seus direitos históricos;
- c) a opção e o compromisso com a causa indígena dentro de uma perspectiva mais ampla de uma sociedade democrática, justa, solidária, pluriétnica e pluricultural.

D. Tomás defendeu esses princípios no templo e no pretório. Acompanhou a história do Cimi marcada por testemunhas qualificadas. Na trajetória de sua longa e abençoada vida de mais de 90 anos, muitas sementes, que o confessor Balduino lançou, se multiplicaram nos corações e territórios dos povos indígenas. Nenhum inverno político ou eclesiástico conseguiu sufocá-los por baixo de um cobertor de gelo neoliberal ou neoagostiniano. Hoje, somos testemunhas de uma pastoral indigenista que aprendeu que a catequese a serviço da Vida passa pela questão da terra, da cultura e da participação política. Somos testemunhas de uma pastoral que devolveu o protagonismo da causa indígena aos próprios indígenas, sem jamais abandonar a sua causa.

Tomás Balduino, você foi enviado por Deus para incomodar. Obrigado. Deus seja louvado!

[1] Cf. Y. CONGAR, *Jornal d’um théologien 1946-1956*, Paris: Cerf, 2001, p. 119, 233, 280, 349, 433.

[2] Cf. P. SUESS, “O que é o real”, em: *Concilium*, 2012/3.

[3] CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Declaração Dominus Iesus sobre a unicidade e universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja*, n. 4 (6.8.2000).

[4] *Declaração do “Simpósio sobre a fricção interétnica na América do Sul”* (Declaração de Barbados I, de 1971)), in: P. SUESS, *Em defesa dos povos indígenas. Documentos e legislação*, São Paulo, Loyola, 1980, p. 19-26.



Indígenas Munduruku divulgam novo comunicado sobre displicência do governo
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.05.2013

No último dia 27 de abril, os indígenas munduruku da região de Jacareacanga, sudoeste do Pará, divulgaram uma convocação ao governo federal, à Funai, à Eletrobrás e ao Ministério Público Federal para uma conversa, no dia 1 de maio, sobre projetos que ameaçam suas áreas. Nenhuma das instâncias convocadas deu retorno aos indígenas.

Localizado às margens do rio Tapajós, onde o governo planeja construir um novo complexo hidrelétrico, o território munduruku é ameaçado ainda por projetos de mineração e carece de ato final de demarcação, prometido pela Funai.

De acordo com os indígenas, obrigado pela Justiça a realizar as oitivas constitucionais e a consulta prevista na Convenção 169 da OIT, o governo tem afirmado que estaria encontrando dificuldades em dialogar com os Munduruku, o que poderia justificar a adoção de medidas unilaterais no sentido de dar encaminhamento aos processos de licenciamento do complexo hidrelétrico. "Queremos que a Justiça saiba que estamos tentando encaminhar o diálogo, mas que é o governo que nos ignora. Também estamos deixando claro que é nosso direito definir a forma como queremos dialogar, já que somos nós os ameaçados", afirmou uma liderança do Movimento Munduruku Iperêg Ayu.

Diante do silêncio do governo em relação à tentativa de diálogo, os munduruku elaboraram nesta sexta, 2, novas carta ao governo e à opinião pública, na qual reafirmam seu descontentamento com a posição das autoridades e sua rejeição às hidrelétricas. No documento, os indígenas também exigem que não se aplique a Suspensão de Segurança à decisão da Justiça do Mato Grosso, que no início desta semana suspendeu a licença da hidrelétrica de São Manoel, no rio Teles Pires. Nesta decisão, o juiz Ilan Presser, da 1ª Vara de Cuiabá, afirmou que os estudos ambientais de São Manoel que apontam impactos irreversíveis sobre indígenas que vivem em isolamento voluntário, foram ignorados pela Empresa de Pesquisa Energética e pelo Ibama.

Leia abaixo a íntegra da carta:

Carta VIII do Movimento Munduruku Iperêg Ayu

Jacareacanga-PA, 2 de maio de 2014.

Ao Governo Federal e à população Brasileira

Ontem, 1 de maio de 2014, foi mais um dia que tentamos conversar com o Governo sobre hidrelétricas no Rio Tapajós. O Governo não respondeu.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 05 de maio de 2014.

Tentamos outras vezes dialogar com o governo. Em 2013 na ocupação de Belo Monte e depois em Brasília.

O Governo mente pra nós, não fala a verdade, quer que vendemos nosso direito, mas nossos direitos não tem preço. Nossos direitos não estão a venda. Não queremos barragens no nosso território!

Exigimos que o Governo cumpra a Constituição Federal, cumpra a Convenção 169 da OIT e respeite a legislação indígena. Queremos a demarcação das terras indígenas do Médio Tapajós. Queremos uma Consulta Prévia democrática, livre, informada e de boa fé e que seja respeitada nossa decisão. Não queremos grandes mineradoras no nosso território. Queremos o cancelamento da portaria 303 da advocacia geral da união que é contra os povos indígenas do Brasil.

Apoiamos nossos parentes no Teles Pires, apoiamos a Justiça que suspendeu a licença prévia da Usina São Manoel. Queremos que o TRF não use a Suspensão de Segurança para fazer injustiça de novo.

Continuamos na luta pelo nosso território e pelo nosso rio.

Atenciosamente,
Josias ManhuaryMunduruku – Chefe dos Guerreiros
Maria Leusa Cosme KabaMunduruku – Rep. das mulheres
Neusa Kixi
Izaura Muo

–

Enviada por Rosamaria Loures lista CEDEFES.



Quilombolas reivindicam reconhecimento de territórios

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.05.2014

Helena Martins – Enviada Especial da Agência Brasil

O avanço de grupos econômicos sobre territórios tradicionais foi denunciado por moradores dessas comunidades, durante o Encontro dos Atingidos – Quem Perde com os Megaeventos e Megaempreendimentos, que ocorre em Belo Horizonte. Integrante da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas, Juarez Negrão considera as empresas do agronegócio como principais opositoras e produtoras de conflitos no campo.

“O Brasil tem o projeto do agronegócio, que é o de ser um dos maiores produtores dos grãos do mundo, para isso vai precisar de muita terra. Para colocar em prática esse projeto, ele vai atingir territórios indígenas e comunidades quilombolas”, diz Negrão.

Como forma de enfrentar a situação, povos indígenas e quilombolas cobraram o reconhecimento dos territórios para garantir a existência das comunidades e a perpetuação das próprias culturas. Eles lembram, contudo, que a luta pela terra tem se tornado ainda mais difícil. “A questão da titulação de terra no Brasil, para a especulação imobiliária e o agronegócio, é uma praga, justamente porque quando as terras são tituladas elas saem do mercado, não podem ser negociadas, compradas, dadas”, acrescenta Negrão, que vive no Rio Grande do Sul, estado onde existem 176 quilombos, mas apenas cinco reconhecidos e titulados.

Os participantes do encontro criticaram a PEC 215, que propõe transferir a responsabilidade pela demarcação de terras do Executivo para o Congresso Nacional. Para eles, essa é hoje a maior ameaça a esses povos. “É uma proposta inconstitucional que vai dar fim aos territórios”, disse o integrante da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas, que também destacou o aumento do racismo e da violência contra os negros no Brasil.

Mesmo sem ser atingida diretamente pela realização de grandes eventos ou projetos, Marilene de Jesus, do Quilombo [de Rio] dos Macacos, na região metropolitana de Salvador, participa do encontro para relatar e buscar apoio à luta dos afrodescendentes. O território que reivindica fica na Base Naval de Aratu, o que faz com que a comunidade vivencie intensos conflitos com a Marinha. “Eles construíram uma estrada no meio da comunidade, já nos impediram de cruzar o território, de plantar, já fomos agredidos”.

O pai de Marilene foi um dos moradores retirados do local, nos anos 1970, quando a base foi construída. O conflito se estendeu ao longo de décadas. Em 2009, os quilombolas acionaram o Ministério Público Federal para que atuasse na Justiça pelo reconhecimento dos moradores como descendentes de escravos. Em 2010, uma decisão liminar foi favorável à Marinha e determinou o despejo das famílias, que resistiram. Logo depois, estudo do Instituto de Colonização e Reforma Agrária considerou o território como quilombola. Diante do impasse, o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 05 de maio de 2014.

direito de posse das terras continua em disputa. “No próximo dia 6, vamos ter mais uma audiência. A gente espera que definam logo essa situação para que possamos viver com tranquilidade”, diz.

Edição: Graça Adjuto.

É incrível como continua-se a escrever que o Quilombo de Rio dos Macacos “fica na Base Naval de Aratu”! Que tal começarmos também a escrever que a América do Sul fica no Brasil??? (Grifos deste blog).



Ambulância que levava índia grávida a hospital é alvo de tiros no sul da BA
SÍTIO G1/BA, 03.05.2014

*Casal era transportado em ambulância quando foi surpreendido pelos tiros.
Crime aconteceu após saída da aldeia Boca da Mata durante a madrugada.*

Uma ambulância da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) foi atingida por tiros ao sair da aldeia Boca da Mata, perto de Porto Seguro, no extremo sul da Bahia. O crime foi cometido durante a madrugada deste sábado (3).

Segundo a polícia, um casal de índios era transportado pela ambulância, sendo que a mulher estava grávida. Eles e o motorista, que também é indígena, foram surpreendidos pelos tiros quando passavam por uma estrada de terra.

Não há relação confirmada do crime com a situação da disputa por terras, mas o coordenador do Movimento Indígena da Bahia afirma que, recentemente, os indígenas retomaram as terras daquela região e, por isso, têm sofrido ameaça de produtores rurais, segundo conta.

"Eles estavam saindo da aldeia, por volta das 3h, e foram recebidos a tiros, sem saber de onde estavam vindo. Estava escuro. O motorista tentou dar ré e acabou caindo na ribanceira. Os dois ficaram escondidos na mata e, por volta das 4h30, policiais militares encontraram eles e levaram ao hospital. Ninguém viu quem foi, mas devem ter em torno de 50 pessoas escondidos na mata, eles chamam de segurança armado, mas nós chamamos de pistoleiros", relata o Cacique Zeca Pataxó, também liderança da aldeia Coroa Vermelha.

Os suspeitos ainda são desconhecidos. O motorista sofreu ferimentos no rosto e foi atendido no Hospital Municipal da cidade de Itamaraju. O casal de índio foi levado para a mesma unidade de saúde. De acordo com o cacique, a mulher sentiu dores de parto durante a noite.



Forças paralelas perseguem indígenas e acirram clima de tensão no norte do RS
SÍTIO CIMI, 03.05.2014

Na tarde de quarta feira, dia 30 de março, quatro indígenas da etnia Kaingang que trafegavam pelo município de Barão de Cotegipe, no norte do Rio Grande do Sul, foram abordados de forma inesperada e truculenta por oito policiais da Brigada Militar e quatro policiais do BOE – Batalhão de Operações Especiais.

Os Kaingang retornavam à sua aldeia, que está localizada no município de Sananduva, há mais de 100 km de distância de Faxinalzinho, onde ocorreu o conflito entre indígenas e agricultores. Mesmo se identificando como moradores de uma região distante do lugar do conflito eles foram abordados e sofreram intimidações. Ao que parece a intenção dos agentes policiais era a de amedrontar os indígenas.

De acordo com o cacique Leonir Franco (de Passo Grande do Rio Forquilha e um dos que sofreu as intimidações) os Kaingang foram duramente abordados pelos agentes do BOE que não estavam identificados. Segundo Leonir, um dos policiais falou que a “justiça” será feita agora do lado de fora das aldeias, pelas estradas e campos, de maneira direta e que todos os indígenas terão, daqui para frente, tratamento semelhante aos dos agricultores mortos em Faxinalzinho. Os policiais ainda disseram que eles mesmos tinham vontade de aplicar tal tratamento em cada índio da região.

A abordagem durou aproximadamente trinta minutos e, além dos insultos e ameaças, os indígenas foram revistados, assim como o veículo e seus pertences. Ao serem liberados receberam novas ameaças e foi quando, segundo Leonir, um dos policiais falou que eles (os indígenas) não têm consciência de onde estão se metendo, que nem a FARSUL e nem a FETRAF deixarão os indígenas sem punição. A atitude dos policiais militares, na prática, serve para alimentar o clima de tensão e violência na região, assim como fizeram os deputados federais Luiz Carlos Heinze, Alceu Moreira e Vilson Covatti. Os discursos violentos dos deputados federais nas audiências públicas realizadas para debater a PEC 215/2000, somada à negligência dos governos Federal e Estadual são, certamente, os maiores propulsores da intolerância por parte dos pequenos agricultores e dos grandes produtores rurais contra os povos indígenas.

O governo federal negligencia os conflitos, mesmo tendo atribuição constitucional para fazer as demarcações, fiscalizar e proteger as suas terras e comunidades. Por sua vez, o governo estadual, responsável pelas forças policiais militares que estão atuando na região, e ao que parece foram designadas para intimidar as lideranças indígenas, nada faz no intuito de contribuir com a União para impedir que violações aos direitos humanos ocorram. É importante referir que o governo estadual tem responsabilidade pelo clima de tensão existente no norte do Rio Grande do Sul porque foi o governador Tarso Genro quem primeiro solicitou ao governo federal, no ano de 2013, que todos os procedimentos de demarcações de terras fossem paralisados.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 05 de maio de 2014.

Já a FETRAF-SUL, referida pelos policiais aos indígenas, vem se colocando como força operante das teses ruralistas, tendo organizado diversos piquetes e mobilizações contra os povos indígenas que lutam pela demarcação de suas terras. E mesmo quando os indígenas e agricultores realizam acordos pacíficos com o objetivo de encontrar as soluções para os problemas relativos às demarcações e ao pagamento das indenizações, o governo, atendendo as elites agrárias, não permite que eles se concretizem.

Na quinta-feira, 01 de maio, a TV Bandeirantes exibiu uma reportagem onde apresentou agricultores da região de Sananduva com armas de grosso calibre, e sem nenhum constrangimento o repórter informou que todos os agricultores estão se armando para a "resistência" contra a demarcação das terras indígenas. Não por acaso, Sidimar Levandoski, da FETRAF-SUL, posiciona-se, na mesma reportagem, em defesa destes agricultores.

O Cimi Regional Sul vem a público, uma vez mais, para alertar as autoridades sobre a gravidade do conflito. Lamentavelmente nenhuma medida foi adotada pelos governos estaduais ou federais. O Cimi também alerta para as práticas de incitação à violência, de intimidação e criminalização do movimento indígena. Se medidas não forem adotadas com o objetivo de coibir tais práticas, inclusive das forças policiais, teremos com toda a certeza o aumento da tensão nas regiões de conflito.

Conclamamos a sociedade para que fique atenta e vigilante ao que ocorre no Rio Grande do Sul. São inaceitáveis as agressões à vida e aos direitos dos Povos Indígenas, bem como são inaceitáveis a omissão das autoridades federais e estaduais. É inaceitável que permaneçam na cômoda posição de espectadores, uma vez que são responsáveis pela busca de soluções e, portanto, devem responder por todo e qualquer ato de violência que venha a ocorrer contra indígenas e agricultores.

Chapécó, 03 de maio de 2014
Conselho Indigenista Missionário, Regional Sul.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 05 de maio de 2014.

Liderança indígena culpa ministro da Justiça por derramamento de sangue em Faxinalzinho (RS)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.05.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=t1PWB0mGBLw

Carlos Latuff

Valério de Oliveira, liderança Kaingang de Faxinalzinho, extremo norte do Rio Grande do Sul, alerta para o risco de novos conflitos com agricultores caso o governo federal na pessoa do ministro da Justiça José Eduardo Cardozo não determine a imediata demarcação de terras indígenas. Na segunda-feira dois agricultores morreram em confronto com índios nessa região. O clima continua tenso na área.

—

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Onir Araújo.



Aryon Rodrigues e a farofa de banana, por José Ribamar Bessa Freire

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.05.2014

A última vez que vi Aryon Rodrigues foi em 2 de maio de 2013 numa sala da Universidade de Brasília (UnB), quando não sei por que cargas d'água lembramos de uma farofa de banana compartilhada havia muitos anos. Eu ia dar uma aula filmada por Renato Barbieri para o documentário A Revolta da Cabanagem, com roteiro do historiador Victor Leonardi. O tema era as línguas faladas no séc. XIX pelos cabanos. De repente, chega Aryon carregando seus quase 88 anos, seguido por jovens pesquisadores do Laboratório de Línguas Indígenas. Veio assistir minha aula.

Confesso que me senti como aquele obscuro vigário de periferia convidado a celebrar missa para o papa: prestigiado, mas inseguro. Só consegui rezar a missa porque a farofa de banana evocada por Aryon me encorajou, lembrando o que acontecera quando o vi pela primeira vez. Foi no final de 1983, em Manaus, por onde ele passava em missão de consultoria ao INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Eu era professor da Universidade Federal do Amazonas. Ele, o papa da linguística indígena, pontificava no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

Minha amiga Berta Ribeiro, antropóloga, que o acompanhava, me telefonou:

- Aryon está aqui, leu Ameríndia e quer conversar contigo.

Ameríndia é uma revista de etnolinguística vinculada à Universidade de Paris VIII, que havia publicado artigo - Da 'fala boa' ao português na Amazônia brasileira - onde analiso a trajetória histórica das línguas na região e discuto como e quando nós, amazonenses, começamos a falar português, bem como o que aconteceu com as línguas indígenas. O artigo atraiu a atenção muito mais dos linguistas e dos antropólogos do que dos historiadores.

Matrinxã ao forno

Marcamos um jantar no restaurante Panorama, na Baixa da Égua, no Educandos, que era modesto, mas tinha uma peixada supimpa e vista para o rio. Aryon – logo descobri – era um bom garfo, gostava de saborear peixes amazônicos. Ficou encantado com um inoubliable matrinxã, de carne firme e rosada, preparado em vinho branco e suco de limão, assado no forno e recheado com farofa de banana pacovan. Após a mousse de cupuaçu, retirou um exemplar da revista, todo riscado a lápis, e comentou página por página, me bombardeando com uma série de questões.

Entre as dezenas de observações, advertiu que no período colonial a língua geral amazônica não pode ser chamada de Nheengatu, porque essa denominação só surgirá no séc. XIX. Mostrou as limitações de uma fonte que usei para a classificação de línguas, sugeriu outras e fez crítica tão detalhada e rigorosa de cada tópico do artigo que eu, embora agradecido por

CONT.



atrair sua atenção, ao final brinquei:

- O senhor desmontou o artigo. Não sobrou nada, só espinhas, como o matrinxã.

Generoso, Aryon embarcou na provocação e falou aquilo que eu queria tanto ouvir: "A farofa do recheio pode ser melhor temperada, mas o filé é honrado e succulento". Massageou meu ego, destacou a documentação usada, a originalidade e o pioneirismo do trabalho e me incentivou a continuar pesquisando, o que fiz, publicando, em 2004, o livro Rio Babel – a História das línguas na Amazônia, com um prefácio escrito por ele.

Esse era o Aryon. Na época, já era Aryon Dall'Igna Rodrigues, o renomado pesquisador, reconhecido nacional e internacionalmente, com trajetória de pesquisa iniciada em Curitiba, sua cidade natal, em 1940, ainda no ginásio, quando ouviu algumas palavras em guarani. Foi aí que, ainda de calças curtas, escreveu seu primeiro artigo sobre o tupi, publicado no jornalzinho do Grêmio Estudantil.

Google das línguas

Dáí em diante, não parou mais de pesquisar. Peregrinou em busca de línguas indígenas por aldeias e universidades, num diálogo ininterrupto com índios, a quem ouvia atentamente, e com pesquisadores, para cuja formação contribuiu. Deu aulas como leitor na Universidade de Hamburgo, na Alemanha, que lhe conferiu o título de doutor (1959) pela tese defendida sobre a fonologia do Tupinambá. Chefiou, então, o Departamento de Línguas da Universidade Federal do Paraná, de onde saiu, convidado por Darcy Ribeiro, para organizar a pós-graduação em linguística na UnB.

Depois do golpe militar de 1964, Aryon pediu seu desligamento da UnB, em solidariedade aos colegas demitidos. Foi cantar em outros terreiros, como professor na Universidade da República do Uruguai, chamado por Darcy, e na Universidade Nacional Autônoma do México, além de se vincular ao Programa de Pós-Graduação do Setor de Linguística da UFRJ, no Museu Nacional. Na Unicamp, durante quinze anos (1973-1988), formou pesquisadores, além de ter sido professor visitante na Universidade de Leiden, Holanda e na Universidade da Califórnia.

Ali onde tem fumaça, tem fogo. Ali por onde passou Aryon, se estuda línguas indígenas. É possível localizar instituições interessadas no tema, seguindo o roteiro percorrido por ele, que sabia tudo, ensinava tudo. Ele era o google das línguas indígenas, mas um google criterioso, que ia além dos textos, porque conhecia pessoalmente seus autores.

Fiz um "curso intensivo" com Aryon, ainda nos anos 1980, quando de retorno a Manaus, ficou hospedado em minha casa. Eram aulas permanentes. Foi quando manifestei vontade de conhecer a biografia de Cestmir Loukota (1895-1966), o pesquisador tcheco que também dedicou sua vida a estudar as classificações das línguas indígenas da América do Sul e cujo livro é uma espécie de guia de fontes para a história das línguas.

- Convivi com Loukotka no final dos anos 1950, quando ele visitou o Brasil e pesquisou a língua dos índios Xetá na Serra dos Dourados – contou Aryon, informando sobre os trabalhos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 05 de maio de 2014.

do tcheco no Museu de Etnografia de Praga. A intimidade era tanta, que só não chamou Loukotka de Lulu, porque era muito formal. Além de outros babados, fiquei sabendo que Loukotka era formado em Administração e havia trabalhado nos Correios.

Na pista

Ao longo de mais de setenta anos de vida academicamente produtiva, Aryon realizou estudos comparativos de línguas indígenas, identificou documentação histórica nos arquivos e formulou hipóteses consistentes do relacionamento genético, envolvendo os troncos Tupi, Macro-Jê e Karib. Costumava recusar o termo “moribundas” para designar o estado das quase 200 línguas indígenas faladas atualmente no Brasil, porque isso seria admitir que estão morrendo. Preferia chamá-las de “anêmicas”, que podem ser revitalizadas com sangue novo.

No sábado (26/4), o corpo de Aryon Dall’Igna Rodrigues (1925-2014) foi cremado no Cemitério de Valparaíso, em Goiás. Divorciado, pai de três filhos, deixou mais de 150 trabalhos científicos, muita saudade entre os pesquisadores e alunos que conviveram com ele e a lembrança de um mantrinxã recheado com farofa de banana que décadas depois ainda provocava um brilho alegre no olhinhos azuis de quem era amante da vida.

Aryon Rodrigues combateu o bom combate e encerrou a carreira resistindo teimosamente na defesa da utopia. Mesmo aposentado, continuou trabalhando de 1995 até 2014 no Laboratório de Línguas Indígenas, sem qualquer ônus para a UnB. Morreu como Ayrton Senna: na pista. O Brasil e os índios muito lhe devem.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 05 de maio de 2014.

Caríssimo Dom Tomás, nosso irmão, amigo, patriarca

SÍTIO CIMI, 04.05.2014

Você partiu para entrar na pátria definitiva. Deixa imensas saudades, incontáveis lembranças, agradáveis recordações. Choramos a sua morte, mas ao mesmo tempo somos tão gratos a Deus por ter-nos concedido sua presença fraterna e solidária durante tanto tempo.

O que seria o Conselho Indigenista Missionário, o Cimi, sem você! Você não deixou apenas marcas, você foi um dos fundadores do Cimi nos idos de 1972. Diante dos desafios já daquele tempo sentiu a necessidade de criar um organismo na CNBB que coordenasse todo o empenho em favor dos povos indígenas deste País. Quem fala no Cimi, lembra o Dom Tomás: intransigente defensor dos direitos e da dignidade dos povos indígenas. Mas sua doação generosa não se restringiu aos índios. Dedicou sua vida igualmente aos agricultores expulsos de suas terras, ameaçados em sua sobrevivência, aos sem-terra, sem-teto, sem-nada. Seu exemplo de vida doada a quem um sistema iníquo e injusto exclui e considera supérfluo e descartável nos incentiva e fortalece na continuação desta nobre luta em favor dos prediletos de Deus.

Caro Dom Tomás, quero lhe agradecer também pessoalmente por sua fraterna amizade. Nunca esquecerei sua presença no Xingu e as viagens que fizemos, só nós dois, no seu aviãozinho para às aldeias do povo Kayapó.

Dom Tomás, que Deus o tenha na sua glória! Que receba agora o prêmio de contemplar por toda a eternidade o que Deus preparou para aqueles que o amam (cf. 1 Cor 2,9).

Do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida,

da 52ª Assembleia Geral da CNBB,

4 de maio de 2014

Erwin Kräutler

Bispo do Xingu

Presidente do Cimi



Crianças ilhadas no Rio São Francisco enfrentam dura jornada para estudar
SÍTIO ESTADO DE MINAS, 04.05.2014

Última reportagem da série sobre a vida no meio do Velho Chico revela a dura jornada de crianças que são a esperança de superar o analfabetismo que condenou gerações

Luiz Ribeiro
Enviado especial

Pedras de Maria da Cruz e Manga – Separados do mundo há cerca de cinco décadas, desde seus ancestrais que foram expulsos das margens do Rio São Francisco por fazendeiros, privados de energia elétrica e desconhecendo TV ou internet, os moradores das ilhas do Velho Chico podem ter na educação a ponte para romper o isolamento que se eterniza por gerações. Nessas comunidades, o analfabetismo é fato comum entre os adultos, privados do estudo pela distância da escola. Hoje, os filhos dos ilhéus já enxergam uma oportunidade para mudar a realidade. Porém, a tarefa está longe de ser fácil. Para chegar à sala de aula os alunos enfrentam uma vida de sacrifício, iniciada na caminhada até a lancha que faz as vezes de escolar. Depois é preciso gastar boa parte do tempo navegando, antes de caminhar novamente até a escola.

O transporte fluvial, iniciado há quatro anos, é feito em lanchas fornecidas aos municípios ribeirinhos pelo governo federal, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A reportagem do Estado de Minas acompanhou a rotina de crianças das ilhas na jornada até a escola. A labuta é encarada por estudantes como Vanaick Ferreira Silva, de 13 anos, do sétimo ano do ensino fundamental, da Ilha da Capivara, em Pedras de Maria da Cruz. Ele acorda cedo, toma banho no rio e, por volta das 11h, logo após o almoço, caminha cerca de 400 metros para esperar a lancha escolar que o levará até uma escola pública da cidade.

Recentemente, com a redução do nível do rio, o local de embarque teve que ser mudado. Para chegar até o ponto, Vanaick e outras crianças precisam andar no meio do mato. “Tem muito carrapicho, gruda na roupa da gente”, reclama Fabíola, de 12, irmã de Vanaick, do quinto ano do ensino fundamental. No caminho ainda há o risco de serem picados por cobras.

A embarcação, que tem capacidade para 19 alunos, parte por volta do meio-dia e leva aproximadamente 40 minutos para percorrer os cerca de 10 quilômetros até o desembarque em Pedras de Maria da Cruz. Lá, os alunos tem de caminhar mais até a escola, onde costumam chegar atrasados para as aulas, que começam às 13h. Retornam depois das 17h. “Tem dia que eles atrasam e já chegam aqui à noite, no escuro”, reclama uma das mães.

O sacrifício, no entanto, não desestimula Claudinéia Pereira Lima, de 12, que está no sexto ano. “Quero ser médica para cuidar das pessoas”, diz ela, integrante de uma família de seis

CONT.



irmãos, filhos de Neide Pereira Lima, que vive em extrema pobreza, em uma casa de pau a pique. Claudinéia se refere a algo que é pouco conhecido por seus vizinhos. Não é fácil conseguir atendimento médico na ilha.

Não é sempre que os filhos dos moradores das ilhas podem recorrer ao transporte fluvial. Nos dois primeiros meses do ano letivo deste ano, os alunos das ilhas em Pedras de Maria da Cruz ficaram impedidos de ir à escola, pois uma peça da lancha escolar do município quebrou e a prefeitura não conseguiu consertá-la a tempo.

“O problema é que precisávamos comprar uma peça para a lancha e não tinha fornecedor qualificado na região. Além disso, para adquirir qualquer coisa é preciso licitação”, alega o prefeito da cidade, Sebastião Chaves de Medeiros (PTB). “Estamos tentando, junto ao Ministério da Educação, a liberação de recursos para comprar um lancha reserva”, acrescentou.

Assim que entram na embarcação, estudantes tiram as mochilas e colocam os coletes salvavidas (Solon Queiroz/Esp.EM DA Press)

Assim que entram na embarcação, estudantes tiram as mochilas e colocam os coletes salvavidas

A rotina do escolar fluvial é comum nas comuns para as crianças que vivem no meio da correnteza do Velho Chico. Por volta das 11h, na Ilha de Pau Preto, município de Manga, alunos formam fila para entrar na lancha. Navegam por oito quilômetros. O embarque é rápido. Os estudantes pulam com destreza no transporte, colocam coletes e se acomodam. Mas a agilidade não é sinônimo de facilidade. Domingos Pereira dos Anjos, de 12, que está no sétimo ano do ensino fundamental, reclama da dificuldade para chegar à escola. “A gente tem que esperar a lancha debaixo do sol quente. Muitas vezes tenho que sair de casa sem almoçar”, disse o garoto, que sonha em ser policial militar.

Também em Manga, a Ilha da Ingazeira conta com uma pequena escola, da rede municipal, mas ela oferece ensino somente até o quinto ano do ensino fundamental. São 11 alunos. A instituição funcionava em um antigo prédio construído perto do barranco do rio e que foi destruído por uma enchente em 2010. As aulas, ministradas por uma moradora da ilha, foram transferidas para uma pequena casa, alugada pela prefeitura, em local mais seguro. Mas, como todas as casas dos demais moradores, não dispõe sequer de estrutura de saneamento básico, como banheiro.

As crianças e adolescentes que passaram do quinto ano são transportados em lancha por nove quilômetros pelo Rio São Francisco até o distrito de Porto Agrário, que pertence a Juvenília. “Os alunos viajam sozinhos com o condutor, sem ninguém responsável pela segurança deles”, reclama o lavrador José Carlos Nunes, que mora na ilha.

A secretária de Educação de Manga, Eneida Mendes, foi procurada, mas, informada sobre a reclamação dos moradores da Ilha da Ingazeira, disse que iria apurar a situação. Segundo o Ministério da Educação, 10 municípios ribeirinhos de Minas receberam 14 lanchas usadas no transporte. O MEC informou que repassa recursos específicos para custear esse tipo de transporte, por intermédio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, mas não revelou o montante dos recursos.

CONT.



Brincadeira de antigamente

O francês Jean Jaques Rousseau, na teoria do "bom selvagem", que surgiu no século 18, diz que "o homem por natureza é bom" – ou seja, nasce puro e a maldade vem da sociedade. Essa "pureza" citada pelo pensador francês pode ser verificada nas crianças das ilhas do São Francisco, com quase nenhum contato com o "mundo da terra firme".

Elas carregam um primitivismo pueril, não conhecem brinquedos modernos, como jogos eletrônicos ou telefone celular, mas são felizes com as brincadeiras que inventam e não se importam com os riscos aos quais estão expostas, como cobras venenosas. As serpentes são comuns nas ilhas, principalmente por causa de seus hábitos alimentares. No local há muitos caçotes, como é chamada uma espécie de sapo comum em áreas alagadas da região, alimento para as cobras.

"De vez em quando, a gente tá dormindo à noite e aparece cobra debaixo da cama", diz Claudinéia, de 12 anos, sem demonstrar medo. Na mesma ilha estão os irmãos Wátila, de 6 anos, e Clayton, de 5, sempre com um sorriso no rosto. O motivo da alegria é o cavalo de pau, brincadeira infantil que vem de épocas passadas. Wátila estava montada em Pica-pau, enquanto o irmão se divertia no brinquedo que chama de Pastorinho. As crianças da ilha também se divertem com outras brincadeiras, como esconde-esconde, bater lata e gostam de simular que estão dirigindo um barquinho a motor.

A Bahia é logo ali

A Ilha da Ingazeira, em Manga, é a ilha do São Francisco mais habitada, com 32 famílias, todas remanescentes de quilombos. Os moradores estão em Minas, mas fazem compras, recebem pagamentos de aposentadorias e procuram atendimento médico no estado vizinho, na Bahia.

De Manga até a ilha é preciso navegar 45 quilômetros pelo rio em um barco movido por um pequeno motor (rabeta), com velocidade média de 8 km/h. É um caminho lento. Por terra, são 70 quilômetros entre a sede do município e o lugar em terra firme onde pode ser feita a travessia de um braço do rio para chegar até a ilha. Para chegar ao local por terra é preciso encarar atalhos em trechos vicinais malconservados, que ficam intransitáveis durante o período chuvoso.

A ilha fica na divisa de Minas com a Bahia. Por isso, os moradores preferem fazer compras nos municípios baianos de Malhada (17,4 mil habitantes) e Carinhanha (28,7 mil habitantes), que ficam mais perto do que Manga: a primeira a 10 quilômetros e a segunda a 15 quilômetros de distância. O presidente da Associação dos Remanescentes Quilombolas da Ilha da Ingazeira, Celino Leris de Oliveira, diz que, quando precisam comprar algum mantimento, os moradores vão até Malhada, deslocando-se de rabeta. A maior dificuldade é conseguir atendimento médico. "A gente tem que viajar até Carinhanha, que é um lugar mais desenvolvido. Mas é muito demorado", diz. Os habitantes também usam sinal de telefonia celular da Bahia. "É o único jeito de a gente se comunicar e buscar algum recurso", diz João Batista Pereira, de 60.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 05 de maio de 2014.

Celino lamenta a má qualidade das moradias, com paredes de pau a pique, cujas frestas servem de esconderijos para o barbeiro transmissor da doença de Chagas. "O pior é que a Sucam nem vem mais aqui", critica o ilhéu, fazendo referência à atual Fundação Nacional de Saúde (FNS), substituta do órgão que combatia os vetores de doenças e endemias na zona rural. Celino reclama também da falta de saneamento básico. "A gente é obrigado a beber a água do Rio São Francisco, sem nenhum tratamento. E o rio recebe esgoto e lixo", descreve.

Os moradores da Ingazeira retiram o sustento do cultivo de pequenas lavouras de milho e feijão. "Mas, com a seca deste ano não colhemos nada", conta Amauri Nunes da Conceição, de 27, que vive numa moradia simples de três cômodos, de parede de enchimento e de chão batido.



Cacique Babau foi libertado na noite de sexta, dia 2. Notícia foi mantida em sigilo para garantir sua segurança
SÍTIO G1, 04.05.2014

O líder indígena da Bahia Rosivaldo Ferreira da Silva, mais conhecido como Cacique Babau, foi liberado da prisão, em Brasília, na noite de sexta-feira (2), três dias depois de ter a liberdade concedida, em caráter liminar, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

De acordo com o advogado que representa o indígena da etnia Tupinambá, não foi possível uma saída imediata da prisão porque a defesa se esbarrou em “burocracias”. Os advogados também mantiveram a saída da prisão em sigilo durante parte do fim de semana para “preservar a segurança” de Babau. Mesmo com a liberdade, ele continua à disposição da Justiça.

O líder indígena foi preso no dia 24 de abril, no Distrito Federal, por força de um mandado de prisão expedido no dia 20 de fevereiro por um juiz de Una, na região sul da Bahia, área de intensos conflitos entre índios e fazendeiros por disputa de terras. Cacique Babau é apontado no inquérito como suspeito de ser o mandante do assassinato de um produtor rural, morto a tiros por quatro homens no dia 10 de fevereiro, na Bahia.

De acordo com o advogado Adelar Cupsinski, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a defesa só tomou conhecimento do mandado no mês passado, às vésperas de uma viagem do Cacique Babau para Roma, onde participaria, a convite do Vaticano, de uma missa em Ação de Graças pela canonização do Padre Anchieta. A viagem não foi realizada devido à prisão, após Babau se entregar à Polícia Federal de Brasília.

Adelar afirma que o cliente nega qualquer participação no crime. Ele ressalta que a soltura decidida pelo STJ demonstra que não há como apontar elos entre Cacique Babau e o crime. “Esse produtor não era inimigo dos índios”, ressalta o advogado.

Ainda de acordo com Adelar, Cacique Babau levaria para o Vaticano uma série de documentos que apontam violação dos direitos humanos dos povos indígenas do Brasil. “Os documentos foram solicitados pelo Vaticano e nós encaminhamos para Roma mesmo após a prisão”, completa o advogado.

Segundo Adelar, Babau sofre ameaças e não sai da aldeia Serra do Padeiro sem proteção policial. Diz ainda que ele é contemplado pelo Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. As ameaças, aponta o advogado, são decorrentes das lutas por propriedades de terras no sul da Bahia.

Adelar aponta que há aproximadamente 4.700 indígenas da etnia Tupinambá vivendo em 30 aldeias na região sul da Bahia. Mil deles pertencem à Serra do Padeiro, onde mora o Cacique Babau.

CONT.



Prisão

Rosivaldo teve a prisão temporária decretada pelo juiz da vara criminal do município no dia 20 de fevereiro, por ter supostamente sido o mandante do assassinato do produtor rural Juraci dos Santos Santana, de 44 anos.

O agricultor foi morto a tiros por quatro homens no dia 10 de fevereiro. Segundo o cacique, a decisão de se entregar em Brasília ocorreu porque ele teme ser assassinado se for preso em Una. Antes, ele participou de uma audiência pública na Câmara dos Deputados sobre os conflitos entre indígenas e fazendeiros no sul da Bahia.

O cacique nega participação no crime. "Estou me apresentando. Não estou fugindo. A gente tem que enfrentar a guerra. Quero cumprir a prisão em Brasília porque no presídio de Una vão me matar", afirmou.

Segundo Rosivaldo, o clima na região é de violência e a população está sendo "incitada" a agredir a população indígena. "A situação é de um incentivo constante à criminalização do povo indígena. Eu não fui intimado nenhuma vez nesse inquérito. Vou me entregar, mas peço que não façam agressão ao meu povo", disse.

O coordenador do Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos, ligado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, José Carvalho, afirmou que o governo federal está dando apoio ao cacique e criticou a decisão da Justiça de Una de mandar prender Rosivaldo.

"A decisão da Comarca de Una é incabível e arbitrária e criminaliza a situação do povo tupinambá. Ele não foi ouvido no inquérito, que durou apenas quatro dias. Entramos com quatro habeas corpus, dois no estado e dois no Superior Tribunal de Justiça e vamos aguardar", afirmou.



Justiça suspende licença da usina São Manoel, no rio Teles Pires, para proteger índios isolados

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.05.2014

Estudos ambientais mostram impactos irreversíveis sobre indígenas que vivem em isolamento voluntário, mas foram ignorados pela Empresa de Pesquisa Energética e pelo Ibama.

MPF PA

Justiça Federal do Mato Grosso suspendeu o licenciamento da usina hidrelétrica de São Manoel no rio Teles Pires, próximo à divisa com o estado do Pará. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) deve suspender a licença prévia que concedeu ao empreendimento, sob pena de multa de R\$ 500 mil. O juiz Ilan Presser, da 1ª Vara de Cuiabá, assinalou que "é inadmissível a imposição da aceleração de um procedimento complexo de licenciamento, que ignore os impactos socioambientais sobre as comunidades com povos indígenas isolados." A liminar atende pedido do Ministério Público Federal (MPF).

De acordo com os Estudos de Impacto Ambiental da usina de São Manoel, a usina atingirá as terras indígenas Munduruku, Kayabi e Apiaká do Pontal. Nessa última, vivem indígenas que optaram pelo isolamento voluntário como estratégia de sobrevivência, em decorrência da traumática relação travada com não-índios. Os estudos apontam que a obra de uma grande usina na região vai provocar escassez irreversível de recursos naturais hoje abundantes para as populações indígenas, além da proliferação, também irreversível, de doenças como leishmaniose, dengue, febre amarela, malária e outras. Diante desses impactos, o grupo de isolados que perambula na terra Apiaká é o mais vulnerável de todos os indígenas afetados.

"Não se pode admitir, no presente momento, a continuidade do licenciamento da UHE São Manoel, sob pena de malferimento dos artigos 216 e 231 da Constituição, a permitir um etnocídio da minoria dos índios isolados pela sociedade envolvente", diz a decisão judicial. Os artigos 216 e 231 tratam da proteção do patrimônio cultural brasileiro e dos direitos indígenas. "A vontade da Constituição é de preservação e fomento do multiculturalismo; e não da produção de um assimilacionismo e integracionismo, de matriz colonialista, impostos pela vontade da cultura dominante em detrimento dos modos de criar, fazer e viver dos índios isolados", diz a decisão.

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que foi a contratante dos estudos de impacto, chegou a alegar que os impactos sobre os isolados eram reduzidos por conta da distância entre a usina e a área onde perambulam. A essa alegação a decisão judicial responde: "a análise do impacto sobre os povos isolados não pode se limitar à tacanha e matemática verificação da distância geográfica da TI em que estão localizados os índios isolados e a usina. Há a possibilidade de impactos diretos e indiretos mesmo com centenas de quilômetros de distância, conforme se extrai da leitura do Estudo do Componente Indígena, que foi produzido por uma das rés, Empresa de Pesquisa Energética."

CONT.



A Justiça também chamou atenção para o fato de que não se trata de apenas uma usina, mas de um conjunto de empreendimentos que pode mudar completamente a região inteira. O complexo hidrelétrico do rio Teles Pires prevê sete barragens: UHE Teles Pires, UHE Colíder, UHE Sinop, UHE São Manoel, UHE Foz do Apiacás, UHE Magessi e UHE Salto do Apiacás.

Processo nº 0017643-16.2013.4.01.3600

Íntegra da Liminar (<http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/arquivos/liminar.isolados.pdf>)

Veja abaixo trechos dos estudos de impacto que apontam o que deve acontecer com os povos indígenas afetados pela usina São Manoel

Impactos

1. Interferência sobre a fauna e flora terrestre e os recursos de caça: natureza do impacto – negativa; prazo de permanência – permanente; reversibilidade – irreversível; probabilidade de ocorrência – pouco provável, intensidade – baixa; significância – alta; importância – baixa.
2. Interferência sobre a disponibilidade dos recursos de pesca à jusante da barragem: natureza do impacto – negativa; prazo de permanência – permanente; reversibilidade – irreversível; probabilidade de ocorrência – certa, intensidade – alta; significância – alta; importância – alta.
3. Alteração da dinâmica fluvial – natureza do impacto – negativa; prazo de permanência – permanente; reversibilidade – irreversível; probabilidade de ocorrência – certa, intensidade – baixa; significância – alta; importância – média.
4. Aumento da Incidência de doenças na população indígena: natureza do impacto – negativa; prazo de permanência – permanente; reversibilidade – reversível; probabilidade de ocorrência – provável, intensidade – baixa; significância – alta; importância – média.
5. Criação ou intensificação de conflitos territoriais: natureza do impacto – negativa; prazo de permanência – permanente; reversibilidade – reversível; probabilidade de ocorrência – pouco provável, intensidade – baixa; significância – alta; importância – média.
6. Alterações nas relações dos índios com as atividades econômicas – natureza do impacto – ambivalente; prazo de permanência – permanente; reversibilidade – reversível; probabilidade de ocorrência – provável; intensidade – baixa; significância – baixa; importância – baixa.
7. Alterações na paisagem e perda de referenciais socioespaciais e culturais – natureza do impacto – negativa; prazo de permanência – permanente; reversibilidade – irreversível; probabilidade de ocorrência – certa, intensidade – baixa; significância – alta; importância – média.”

Doenças

“Uma das questões preocupantes no contato das populações indígenas com não índios é a sua
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 05 de maio de 2014.

exposição a novos agentes de contaminação, para os quais podem não possuir qualquer tipo de imunidade. No caso dos novos empreendimentos, esse contato tende a aumentar significativamente, em função dos contingentes populacionais atraídos e do conseqüente aumento na circulação de pessoas nas proximidades da Terra Indígena Kayabi. No que se refere aos recursos hídricos, a deterioração da qualidade da água a jusante das barragens pode expor os índios a contaminações de diversas naturezas, uma vez que se trata de um recurso importante para muitas atividades, inclusive para o consumo humano direto.”

Conflitos fundiários

“Acredita-se que a introdução de um novo vetor de desenvolvimento em uma região tensa e frágil, do ponto de vista fundiário, poderá desencadear novos conflitos e acirrar aqueles existentes, uma vez que provoca um aumento significativo da população e tende a estimular as atividades ali presentes, como a pecuária, o turismo, a pesca, o garimpo e a extração de madeira, assim como a compra e venda de terras para fins especulativos.”

Ministério Público Federal no Pará
Assessoria de Comunicação



Rio dos Macacos: Dia 6 de maio, MPF promove nova etapa de negociações sobre permanência da Vila Naval no território quilombola, em Aratu*
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.05.2014

Combate Pergunta:

**Quando foi que a
América do Sul
invadiu e ocupou um
pedaço do Brasil?**

Comunidade apresentará avaliação sobre proposta feita pelo Governo no mês passado.

Na próxima terça-feira, 6 de maio, o Ministério Público Federal na Bahia (MPF/BA) intermediará mais uma etapa das negociações iniciadas em outubro de 2013 entre representantes da comunidade Rios dos Macacos e o Ministério da Defesa, para a permanência dos quilombolas na área de Marinha, na Vila Naval da Barragem, em Simões Filho/BA. Durante o evento, previsto para começar às 10h, na sede do MPF em Salvador, a comunidade apresentará sua avaliação sobre a proposta feita pelo Governo em 11 de março último.

Na ocasião, o representante da Secretaria Geral da Presidência da República, Fernando Matos, apresentou uma nova solução do Governo, que considera a cessão de 86 hectares dentro da atual área de Marinha para comunidade. A principal mudança em relação à proposta anterior é a permanência da maior parte dos moradores onde atualmente residem, além da manutenção de áreas onde já cultivam, algo que ainda não havia sido contemplado.

Outra novidade é a construção de uma estrada para que os quilombolas tenham acesso independente ao território, já que atualmente a entrada utilizada é a portaria controlada pela Marinha – palco de recentes conflitos entre oficiais e quilombolas. Na próxima reunião, a expectativa é de que seja firmado um acordo com o intermédio do MPF, que permita a formalização do território quilombola. Caso isso aconteça, a União deverá desistir das ações judiciais que já determinaram a remoção da comunidade do local.

Por parte do MPF, participam da reunião o procurador Regional dos Direitos do Cidadão Leandro Bastos Nunes, que acompanha o caso na Bahia, e o procurador da República Walter Claudius, da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. Além dos representantes da comunidade e do chefe do gabinete do ministro da Defesa, Antônio Thomaz Lessa, a reunião deverá contar com a presença de representantes da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial, da Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República, da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais, da Defensoria Pública da União e da Marinha.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 05 de maio de 2014.

*Nota: o título original era "Rio dos Macacos: MPF intermedeia nova etapa de negociações para permanência da comunidade na Vila Naval da Barragem, em Aratu". Foi por nós mudado até que alguém responda à pergunta que fizemos, no alt0, em vermelho.



Sônia Guajajara: Empresas francesas participam da violação dos direitos das populações indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.05.2014

Por Hélène Gélot, em GoodPlanet Info

Traduzido do francês por Stéphan Bry, para Combate Racismo Ambiental

Sônia Guajajara, porta-voz do movimento indígena no Brasil, denuncia as violações dos direitos das populações indígenas perpetradas na construção dos projetos de grandes hidrelétricas na Amazônia, tal como no caso de Belo Monte. Ela foi à França denunciar as ações das empresas Alstom, GDF Suez e EDF.

Presidente da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e líder da resistência indígena, Sônia Guajajara foi pela primeira vez à Europa. Depois de ter ido à sede das Nações Unidas, em Genebra, ela esteve em Paris nos dias 13 e 14 de março para interpelar a França a respeito da situação das populações indígenas no Brasil. "Nós estamos numa situação dramática, e nossos direitos estão ameaçados. O governo brasileiro, para cumprir seu objetivo de desenvolvimento econômico, viola suas próprias leis". Segundo ela, as usinas hidrelétricas de Belo Monte, atualmente em construção, e aquelas projetadas para o rio Tapajós, estão sendo impostas sem consulta às populações indígenas. Entretanto, a Constituição Federal de 1988 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) garantem às populações o direito à consulta.

GDF Suez, Alstom e EDF implicadas

"Empresas francesas estão envolvidas nesses projetos e participam dessa violação dos direitos das populações e do maior desastre ambiental já vivido na Amazônia" afirma Sônia Guajajara. "GDF Suez e Alstom estão de fato associadas aos alguns dos projetos mais polêmicos (Jirau, Santo Antonio, Belo Monte). EDF é candidata a participar do projeto de complexo hidrelétrico no Tapajós, explica Olivier Petitjean do Observatório das Multinacionais. Estas empresas se recusaram a encontrar Sônia Guajajara. GDF Suez foi a única que aceitou nos responder, mas não assume suas responsabilidades e culpa o governo brasileiro (que autorizou estes projetos)". Na sexta feira 14 de março, Sônia Guajajara liderou uma manifestação de cerca de cem pessoas em frente à sede destas três empresas, no bairro de La Défense, em Paris, por ocasião do Dia Internacional dos Rios e contra as barragens.

altamira - vista aérea do xingu

Belo Monte, um símbolo de luta

Em obra desde junho de 2011, a usina de Belo Monte é localizada no coração da Amazônia, no rio Xingu. Propondo-se desenvolver uma região pobre e marginalizada, Belo Monte deveria satisfazer 11% das necessidades energéticas do Brasil até 2020. Ela faz parte dos numerosos

CONT.



projetos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e será a terceira maior barragem do mundo, planejada para produzir 11000 MW por ano. Belo Monte é fortemente criticada pelas associações ambientalistas e pelos movimentos indígenas. Na verdade, parte do rio ficará seca, diminuindo assim a biodiversidade, enquanto que noutra cerca de 600 km² serão alagados. Mais de 20 mil pessoas serão removidas, segundo as associações de defesa das populações indígenas (menos de 10 mil segundo o governo). Um outro projeto de complexo hidrelétrico com pelo menos 5 barragens está previsto para o rio Tapajós, com uma potência estimada de 10.700 MW.

Sônia Guajajara e as associações de defesa das populações indígenas denunciam os obstáculos enfrentados para expressar sua opinião sobre estes grandes projetos. "Esses locais estão ocupados por militares; leis foram votadas para que jornalistas não possam ter acesso a eles. Protestar lá está ficando impossível" denuncia Gert-Peter Brush, presidente da ONG francesa Planète Amazonie. Quanto às empresas, "as possibilidades de interpelá-las são ainda mais limitadas do que na França" testemunha Olivier Petitjean.

A batalha contra Belo Monte se iniciou no final dos anos 1980. Desde o começo, as obras foram paralisadas interrompidas várias vezes, quer por manifestações de protesto, quer por decisões judiciais. Em agosto de 2012, o Tribunal Federal da região decretou a interrupção das obras, concordando que os indígenas não haviam sido consultados. Quinze dias depois, o Supremo Tribunal autorizou a retomada das obras, dando razão ao advogado geral da União, Luis Inácio Adams.

Em julho de 2013, os líderes indígenas, inclusive Sônia Guajajara, tiveram um encontro com Dilma Rousseff. Resultou desta reunião a assinatura de um texto reconhecendo os direitos dos povos indígenas. Mas isso não interrompeu os projetos.

Calou-se a voz de Tomás Balduino, por Pedro Tierra
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.05.2014



Calou-se a voz de Tomás Balduino,
nessa noite de 2 de maio.
Uma voz que nunca quis ser sozinha,
sabia, desde os anos de chumbo:
uma voz solitária não suspende a manhã.
Quiz ser uma voz entre vozes,
ergueu sua voz dentro do vasto coro dos oprimidos:

os índios, os posseiros, os lavradores,
os retirantes da seca e da cerca
e os que se levantam contra elas,
as mulheres, os negros, os migrantes, os peregrinos
para forçar clarezas, para ensinar amanhecer.

Tomás é palavra.
A palavra que banha como bálsamo.
A palavra que fustiga.
Incendeia.
A palavra que perdoa
mas aponta – sempre – o caminho da Justiça.
E o que somos na vida?
Somos os ossos das palavras
que povoam o caminho de pedra ou flores
que sangram os pés dos nossos filhos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 05 de maio de 2014.

Tomás é sertão.
O sertão e suas armadilhas.
O sertão e suas infinitas contradições.
Tomás é sertão
onde se dobram os ventos de Goiás e Minas,
onde nascem águas
nessa infinita geografia
que alimenta nossas esperanças.

Calou-se a voz de Tomás Balduino.
Permanecerá sua palavra.
Tomás é sertão:
gesto de fé nessa gente que não se dobra.

Manhã de 3 de maio, como um quadro de Goya.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.

Dom Tomás Balduino: "Governo do Pará vendia terras no mapa", por Alceu Castilho
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.05.2014



Em 2006 fiz uma longa entrevista com Dom Tomás Balduino (1922-2014), em Brasília. Eu editava o site da Agência Repórter Social – que não existe mais. Por isso reproduzi a entrevista em meu blog

Por Alceu Castilho, em Outro Brasil

Dom Tomás Balduino recebe neste dia 15 de junho, da Universidade Federal de Goiás, o título de Doutor Honoris Causa. Em 2006, pela Agência Repórter Social, fiz com ele uma longa entrevista, em Brasília. Quase seis anos depois, com o bispo emérito prestes a completar 90 anos, ela se mantém atual. Na época eu a publiquei com o seguinte título: "Aldo Rebelo é quem deveria estar na Papuda". Isto após o ministro, então presidente da Câmara dos Deputados, mandar prender centenas de sem-teto, do MLST, que estavam no gramado do Congresso. O MLST perdera o controle de um ato e dezenas de sus integrantes invadiram a Câmara. Foi a senha para a prisão em massa (os sem-teto passaram a noite no Ginásio Nilson Nelson) e para um massacre dos meios de comunicação – um dos temas tratados por Balduino na entrevista. O título atual se refere a um trecho em que ele detalha como o governo paraense vendia as terras, nos anos 60, por mapas aéreos. Sem se importar se ali havia índios. Segue o texto como foi publicado em 2006:

Em entrevista sobre o País e sobre sua vida, o líder da Comissão Pastoral da Terra falou (antes de Lula) de uma nova Constituinte, de uma "guinada para a direita" e desejou a prisão de Aldo Rebelo

CONT.



BRASÍLIA – No dia 23 de julho, durante o Encontro Nacional dos Povos do Campo, Dom Tomás Balduino concedeu uma longa entrevista à Agência Repórter Social. Por sua importância histórica, ela é reproduzida aqui na íntegra. O coordenador da Comissão Pastoral da Terra fala de conjuntura, mas percorre em sua fala centenas de quilômetros de uma história fundiária violenta. E faz projeções nada otimistas em relação ao futuro do País, que estaria sofrendo uma “guinada para a direita”, “pela pressão dos meios de comunicação”. Ele defendeu uma nova Constituinte antes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva falar disso, com repercussão bastante negativa. Motivo: o Congresso elege as elites, conforme o que o sociólogo Chico de Oliveira chamou de “fila dos idiotas”. Dom Tomás não deixa pedra sobre pedra. Sobre o episódio do MLST, disparou: “Aldo Rebelo é quem deveria estar no presídio da Papuda”.

Repórter Social – Passado algum tempo do episódio do MLST no Congresso dá para avaliar melhor os efeitos. Quais são? Os povos do campo saíram perdendo com isso?

Dom Tomás Balduino - Do ponto de vista da mídia, sim. É mais um motivo de criminalização. A mídia, representando o interesse dos grupos econômicos do país, sempre viu com maus olhos as organizações do campo, ancoradas na terra, mas com uma projeção política bem ampla, na linha da mudança. No governo passado, de Fernando Henrique Cardoso, era quem representava a oposição. Nem era o PT, eram as organizações do campo. E atualmente, se considerando nas mesmas trincheiras do Lula, eles são os que mais reivindicam insatisfação, decepção com o andamento da reforma agrária. Mantendo a mesma linha crítica, com relação ao conjunto da instituição. Então isso é mal visto. A tal ponto que a reforma agrária, pela força da mídia, começa a virar tabu, ou coisa proibida, como era antes.

Repórter Social – O senhor observa um fenômeno de retrocesso em relação à idéia de reforma agrária?

Dom Tomás - Sim. E muitas vezes o poder público se vale disso para se retrair no apoio às reivindicações de assentamento, de aprimoramento das instituições como Incra, a serviço da reforma agrária, etc. Agora, do lado dos trabalhadores, eu acho que com esse evento na Câmara houve uma tomada de consciência, não só de questionar alguns do poder legislativo, com o gesto de indignação, mas um questionamento que se aprofunda. Em outras palavras, em vez de questionar as peças do xadrez, hoje se questiona o próprio tabuleiro. É o Congresso que precisa de uma reformulação. Porque se acontece tanta distorção, tanto escândalo como nós percebemos, não é só um problema de maus elementos que estão ali. É a própria estrutura que favorece isso. Afinal de contas, o Congresso que hoje temos é fruto de uma Constituição feita pelos próprios congressistas.

Repórter Social – Como a CPT vê, por exemplo, o caso dos sanguessugas? Deputados em escala, altíssima, 20% dos deputados sendo acusados de corrupção envolvendo verba para ambulâncias?

Dom Tomás - A Comissão Pastoral da Terra vê um pouco nessa linha de ir além da incriminação desses 20% do Congresso. É a própria estrutura que favorece isso. Afinal uma estrutura distante do povo, auto-suficiente, onde predomina a impunidade, onde a impunidade é uma questão de honra. Analisando de novo o gesto do MLST, é um gesto que vai ao encontro

CONT.



não só de deputados, mas da própria instituição parlamentar, que merece ser revista a fundo. Não só uma reforma política, mas uma reforma constitucional. Uma nova Constituinte. Uma Constituinte que não seja feita por eles. Porque eles foram guindados à Constituinte, eles sendo congressistas, pela imposição do Sarney, na Constituição de 1988. Não foram os cidadãos comuns, eleitos constituintes, que foram votar a Constituição e depois voltaram para casa. Foram os próprios congressistas, do Senado e da Câmara, que foram promovidos a constituintes.

Repórter Social – Dom Tomás, não sei se estou distraído demais com a imprensa, mas não tinha ouvido o senhor falar disso ainda. Da necessidade de uma nova Constituinte, a partir até desses episódios...

Dom Tomás - Hoje se fala muito de reforma. É uma conquista: reforma política. Todo mundo fala em reforma política. Os partidos, o próprio funcionamento do Congresso. Suponha a reforma política. Quem fará? Os deputados. Quer dizer, mais uma vez vão legislar em própria causa. E como superar esse impasse? Só mesmo com a criação de um organismo externo à Câmara. A reforma política é necessária, mas criada pelos deputados? Sob a medida deles?

Repórter Social – Que tipo de órgão seria?

Dom Tomás - Não se fala do judiciário ter um controle externo? Com autoridade de poucos brasileiros para acompanhar o desempenho do Judiciário? Ou é o próprio Judiciário que se julga? Atualmente é assim. Então ter um Conselho. O Congresso precisa ter um órgão sério. Mas se hoje vamos propor a criação de um órgão externo ao Congresso, passará pela aprovação ou não aprovação dos próprios deputados.

Repórter Social – O argumento contrário será o de que os movimentos sociais, a igreja, estão querendo usurpar o sagrado direito do cidadão comum, que é manifestado pelo voto, “eles não são representantes da maioria do povo brasileiro, mas de determinados grupos”. Como o senhor responderia a isso?

Dom Tomás - Que atualmente a fila de votos, que o Chico de Oliveira chama de a fila dos idiotas, é só eleger o cara. Depois de ele eleito, ele faz o que quiser do mandato dele. Qual é a força dessa fila? Esse é um problema muito sério. Acaba promovendo alguém como delegado do poder que é do povo, mas dono absoluto dessa delegacia. É nesse sentido que essa atribuição acaba sendo prejudicial ao próprio povo que esperava votar, que só faz isso, votar. Depois não acompanha, não tem instrumento de acompanhamento. Não se trata, portanto, de uma pressão desta ou aquela sociedade, ou igreja, ou de movimentos sociais. Não se trata disso. É um raciocínio transparente. Creio que nós estamos aí numa espécie de círculo vicioso. Toda reforma passa pelas mãos daqueles que mais precisam ser reformados. Eles se tornam a última palavra...

Repórter Social – Um moto-perpétuo... E quem poderia compor esse Conselho?

Dom Tomás – Suponho uma discussão. Porque esse Conselho deve ser em caso de eleição. E suponho uma discussão do tipo da Constituinte, que cria o instrumento do legislativo, do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 05 de maio de 2014.

executivo e do judiciário e cria o controle externo. Então, a gente pode refletir como é que seria esse conselho. Mas a sua constituição passaria por alguma manifestação popular, do tipo Constituinte.

Repórter Social – Seria um poder moderador?

Dom Tomás - Você não ouviu falar do Conselho do Judiciário?

Repórter Social – Mas pelo que estou entendendo seria algo relativo aos três poderes.

Dom Tomás - Isso é uma necessidade. A forma concreta de chegar lá, precisa de reflexão, discussão, dentro de toda a sociedade brasileira. Senão vira um instrumento a mais, que pode cair nos mesmos vícios.

Repórter Social – Quem, além do senhor, tem discutido nesses termos?

Dom Tomás - Essa discussão do controle externo do Judiciário é mais ampla que a CPT. Agora, essa discussão sobre a proposta de uma possível Constituinte veio a propósito destas eleições. O eleitor está diante de poucas alternativas.

Aqui se encerrou a primeira parte da entrevista, antes o início do Encontro Nacional dos Povos do Campo. Durante sua fala, Dom Thomas Balduino fez várias citações bíblicas, ausentes durante a entrevista. Toda a parte seguinte foi feita no caminho para o almoço, no Minas Tênis Clube de Brasília, na fila e na mesa, diante do prato com arroz, feijão, frango e salada.

Repórter Social – Quem mais está pensando ou parecido com o senhor em relação a isso?

Dom Tomás - Isso precisaria fazer um levantamento. Sei que não estou só. Porque a própria Constituição de 88, que nós consideramos insatisfatória pelos motivos que eu mostrei, já foi deturpada na linha de anular as conquistas dos trabalhadores, do pessoal da terra, no sentido da flexibilização. Isso entrando como emenda na Constituição. Somando a Constituição desde os tempos de Fernando Henrique Cardoso, as emendas constitucionais, todas elas são no sentido de um retrocesso. Como corrigir isso? Se for confiar ao próprio pessoal que institucionalmente é encarregado de mexer na Constituição, dentro daqueles critérios da proporção numérica, são homens e mulheres que vão legislar em causa própria. Além disso, esses que estão lá dentro, pelo processo mesmo de formação do Congresso, do próprio time do Executivo, da presidência aos governadores e prefeituras, tudo isso obedece ao critério de uma maioria que representa a minoria. Lhe explico: o detentor do poder é o povo. Os que representam o povo no Congresso podemos distinguir entre um grupo majoritário que representa a minoria do povo, que são as elites, e um grupo minoritário que representa o resto do povo, a massa do povo. Então esta é a consequência de uma distorção na própria estrutura que leva a prover os diversos cargos do Congresso.

CONT.



Repórter Social – ...

Dom Tomás - Eu não respondi à sua pergunta, você queria saber quem mais? Acho que há muito que acham que não seria a hora da mudança na Constituição. Porque os congressistas não estão à altura de votar a causa do povo. Porém, eu respondo o seguinte: a Constituinte não leva em conta o time que está compondo o Congresso. Não mexe neles, não caça o poder deles, porém cria uma nova Constituição a partir dos legítimos representantes do povo, que são eleitos em vista da própria Constituição. Um outro mundo, outro universo.

Repórter Social – Mas não há risco de um retrocesso? Em 1988 o clima era mais favorável às causas sociais do que hoje, não? Mesmo entre as elites...

Dom Tomás - Eu diria que hoje há um avanço na sociedade brasileira em termos das organizações populares. Cresceram. Não havia isso em 88. A própria reforma agrária ficou mais na mão da bancada ruralista, do Centrão, porque do lado da representação dos trabalhadores rurais havia apenas a Contag. Não havia esse leque imenso de organizações populares, ou das mulheres, dos quilombolas, dos povos indígenas. E nasceram. Essas organizações são do final dos 70 e início dos 80. E isso muda muito a perspectiva numa hora de uma proposta de nova Constituinte.

Aqui Dom Tomás fala da possibilidade de uma “guinada para a direita” no país, pela “pressão dos meios de comunicação”. Ainda estamos na fila do almoço no Minas Tênis e a conversa interessa as pessoas mais próximas, que apenas ouvem. ***

Repórter Social – Que país o senhor vislumbra para uma nova geração, para os próximos 25 anos, pelo andar da carruagem? Se nada mudar o que vai acontecer? Vai ter mais conflito, mortes, radicalização?

Dom Tomás - Há uma tendência que a gente nota, dentro do país, devido à pressão dos meios de comunicação, de uma guinada para a direita. É a figura do país norte-americano. Uma direitona. Tanto republicanos como democratas é a mesma coisa. Às vezes temo que isso no Brasil avance. No sentido de novas gerações sem compromisso nenhum com o social, e o povo em geral levado ao consumismo pelos meios de comunicação social. De maneira que... Isso para falar do grosso da população. Esses, por exemplo, que são beneficiados pelo programa Bolsa-Família, que estão optando por Lula, é gente em geral que não têm a mesma consciência de luta que têm estes grupos aqui. Pessoal de luta, de organização popular, deve estar reduzido à minoria. Porém, há imprevistos. Do tipo do fenômeno que levou Lula ao poder. Quem esperava que acontecesse o fenômeno Evo Morales na Bolívia? São coisas assim. Pode ser que esse povo sofrido, que talvez esteja apático diante da política e queira ter só a sua bolsa, o seu pecúlio mensal, numa hora de uma proposta ele abre os olhos. De repente. Pode suceder isso. Acredito que é um pessoal que vem sendo ameaçado pelos políticos oportunistas, mas que de repente pode abrir os olhos para outra perspectiva. E, o que é importante, forma maioria. Aqui nós temos em termos de oposição numérica, uma minoria de direita, com muito poder de penetração, por causa dos meios de comunicação social, dos recursos, do dinheiro, e

CONT.



uma grande maioria que é um potencial de mudança.

Repórter Social – O centro virou direita ou é direita?

Dom Tomás - É direita. Em si é direita. Esquerda, no sentido de abertura, participação... O que distingue um do outro? É a elitização, a privatização, é a questão da ordem a favor dos grupos privilegiados, ao passo que a esquerda é toda forma de promoção a partir de baixo. De dar a voz e a vez aos mais pobres, aos mais sofridos.

*** De volta ao MLST, Dom Tomás dispara: "Aldo Rebelo é quem deveria estar preso na Papuda".

*** Repórter Social – Queria que o senhor falasse da prisão do pessoal do MLST. O cara que deu bengalada no Zé Dirceu foi solto no mesmo dia. Eles não. O que significa isso?

Dom Tomás - É uma questão mesmo de uma desconfiança dos detentores do poder com relação aos representantes do povo. Essa prisão, primeiro foi uma prisão em massa, de quase 400 pessoas, pais de família, gente de paz, gente de trabalho honesto, jogados na Papuda. Quem fez isso, quem teve a idéia de fazer essa prisão, merecia estar na prisão.

Repórter Social – Foi o presidente da Câmara, aliás o deputado comunista Aldo Rebelo.

Dom Tomás - Merecia estar lá dentro. Lá dentro da prisão. Porque é representante de uma elite que tem esse título de esquerda. Que é mais um título de glória, mais uma estrela para brilhar na lapela.

Repórter Social – O senhor está dizendo uma coisa muito grave aqui, Dom Tomás. Que o Aldo Rebelo deveria estar na Papuda?

Dom Tomás - É. Deveria estar. Ao invés desses que ele mandou para lá.

A resposta oficial da assessoria do presidente da Câmara foi a seguinte: "A assessoria de imprensa da Câmara dos Deputados reafirma que os militantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra já chegaram à Câmara de forma violenta, sem dar espaço ao diálogo, forçando a entrada de uma das portarias da Casa. Reafirma também que o presidente Aldo Rebelo mantém suas convicções no processo de diálogo com as forças sociais e as portas da instituição abertas a todas as manifestações pacíficas. O próprio Dom Tomás Balduino e outros movimentos ligados à luta pela terra já foram recebidos diversas vezes pelo Presidente."

A entrevista segue falando de violência no campo: ***

Repórter Social – O relator Valente, da plataforma Dhesc, relatou aqui no Fórum Nacional dos Povos do Campo casos escabrosos, por exemplo da Brigada Militar gaúcha roubando merenda, provocando até sexualmente as mulheres do MST. Ou o de um morto sendo despejado. Ele

CONT.



chamou isso de “um Brasil sem pé nem cabeça”. O senhor recebe na CPT denúncias desse tipo, regularmente?

Dom Tomás - A CPT faz anualmente o Caderno de Conflitos. Que só não entra área indígena, que é feita pelo Cimi. Você percebe isso. Por exemplo a situação dos mortos da cana: eles morrem de câibra, porque são obrigados a competir com as máquinas. Ou competem com as máquinas, cortando 16 toneladas, ou são postos na rua. E eles fazem tudo para poder garantir o emprego, porque é o dinheiro que mandam para a família de origem, de onde vêm, que é o semi-árido de Minas, do Nordeste, do Piauí, Maranhão. Nesse Caderno de Conflitos tudo vai nessa linha. Os conflitos existem não porque os trabalhadores rurais criam caso, porque agridem ou porque estão roubando fazendas, roubando gado. É porque o sistema os considera como bandidos, em vez de considerá-los como cidadãos que estão participando honestamente da construção da pátria.

Repórter Social – Ele citou o caso do Judiciário, até o de um ministro, Francisco Falcão, que ele chamou de “vendilhão”. Qual o papel do Judiciário nisso tudo?

Dom Tomás - Teve um caso, por exemplo, do Supremo ter determinado o despejo de todo um grupo indígena, da tarefa, favorecendo um casal, que se intitula proprietário da terra. Tá bem. Olhando lá os textos de direito da propriedade, o juiz pode determinar o que ele quiser em favor do proprietário. Somente a Constituição abriu um outro veio, mais importante que o do direito da propriedade, que é a dimensão social da propriedade, a função social da propriedade. Comparando as duas coisas, o que define afinal de contas o direito da propriedade não é o direito absoluto, mas o respeito às condições do social. E você comparando, por exemplo, um casal que tem filhos, pretendo detentor de uma área onde os povos indígenas estão há anos, olhando sobre o ângulo social, prevalece a força, o direito?

*** A entrevista começa a tomar um rumo mais centrado na figura de Dom Tomás. Ele fala do jogo político na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). ***

Repórter Social – Dom Tomás, o senhor está com quantos anos?

Dom Tomás - Oitenta e três.

Repórter Social – O senhor está radicalizando seu discurso nos últimos meses? Está mais indignado?

Dom Tomás - Acho que não, é a mesma coisa.

Repórter Social – Em termos de CNBB, como está o jogo político interno? Vocês lançaram este ano um texto ecumênico a partir da Carta da Terra, de 1980, mas não foi assinado pela CNBB.

Dom Tomás - A correlação de forças dentro da CNBB não aponta na linha de assumir um documento daqueles, polêmico. Ele assume uma posição dura contra o agronegócio, se posiciona contra a transposição do São Francisco, a favor das ocupações... Justifica até com apoio daquele documento da Santa Sé. Não é aconselhável um documento desses ser

CONT.



assumido pela Conferência Episcopal. Por causa da diversidade de posturas dos bispos que estão aí. Talvez no ano 80 o episcopado tivesse mais coesão, mais uniformidade. Hoje não tem. Era inicialmente proposto para ser assumido. Foi a própria CNBB que pediu para a CPT atualizar o documento. Mas uma vez feita a atualização, com diversas assessorias, o pessoal sentiu que não... Como é que ele sai? Sai como um documento de bispos. Isso é tradicional na Igreja. Desde o tempo dos apóstolos e dos diáconos que há essa tradição de um bispo, por exemplo sozinho, tomar uma posição, com a responsabilidade problema, em relação a tal ou qual problema. Da mesma forma ele se unir com outro grupo ou outros grupo para fazer um pronunciamento. Fazendo assim, ele não está criticando o colégio, está talvez reconhecendo que talvez fosse forçar muito um colégio a adotar as posições dele.

Repórter Social – A Pastoral da Terra está tendo o apoio necessário da Conferência, em termos de recursos. Ninguém quer derrubar o senhor?

Dom Tomás - É polêmico também. Tem bispos que não aceitam a CPT, que proíbem a Romaria da Terra. Não é um posicionamento geral da CNBB. A gente tem de entender duas coisas. Primeiro, a própria instituição, que aprova os documentos. E os membros da mesma CNBB, que são bispos, cada um com sua posição, sua ideologia. Gerar um consenso para um documento é uma coisa mais restrita. Você vai votar sobre o processo eleitoral. Quando muito entra contra a corrupção. Em qualquer entidade é assim. Se você alarga está sujeito a um efeito de média. A CNBB é mais uma força moral. A última palavra é do bispo diocesano. E isso é sustentado pelo direito canônico. Em outras palavras, a CNBB não é uma superdiocese, com poder sobre... Para muita gente parece que é um organismo acima do bispo diocesano. Não é. Ela decide por força moral. E funciona.

Dom Tomás volta a falar da direita e do governo Lula. Diz que se ele não tivesse adotado uma postura conciliadora poderíamos ter tido um golpe.

Repórter Social – Voltando um pouco: quando o senhor fala que teme o crescimento da direita no país, haveria uma tendência a uma radicalização, como na Venezuela? E o que aconteceria com um governo de direita?

Dom Tomás - Acho que a sua comparação não é feliz. Porque na Venezuela o governo Chávez estaria mais perto dos movimentos sociais do que da elite. A elite que é contra ele, não os movimentos sociais.

Repórter Social – Mas me referia à radicalização, no caso da Venezuela.

Dom Tomás - A radicalização, sim. Entendo. Aí é questão do futuro. Muito difícil você... Vamos tomar o exemplo do Lula. Se, em vez de seguir o caminho que preferiu seguir, que ele chama de governabilidade, seguisse a expectativa popular que ensinou a vitória dele, poderia haver um processo de radicalização. Sob que forma? Na forma de conspiração, de propostas de impeachment, e em último caso de golpe. Isso é que é radicalizar.

Repórter Social – Deixa eu ver se entendi: se o governo Lula fosse menos conciliador, inclusive com as elites, poderia ter desembocado num contexto de golpe?

CONT.



Dom Tomás - Eu acredito que o Lula não sofreu o impeachment porque ele concedeu tudo à elite financeira. O pessoal deixou assim: bom, mas a gente não está perdendo com ele, então por que derrubá-lo? Você não sente isso?

Repórter Social – Eu acho que tem a ver com a reação popular. O termômetro é o apoio ao governo e as próprias pesquisas sobre reeleição. Quanto menos apoio popular...

Dom Tomás - Isso é um fator de ponderação, o apoio popular. Mas os elementos que levaram a cair ministros, deputados, presidentes de partido, poderiam ter acontecido no caso dele. Isso foi falado isoladamente, não foi uma proposta consolidada contra o Lula. ***

O assunto passa a ser as eleições e o quadro político em um segundo governo. Estamos no almoço e Dom Tomás fala ainda mais pausadamente, mas sem se incomodar em continuar dando a entrevista. ***

Repórter Social – Pensando neste evento. Já num período eleitoral, o que dá para sair daqui? O presidente do Incra propôs acordo em relação ao segundo governo. O senhor acha que dá para sair algo nesse sentido?

Dom Tomás - Falando realisticamente: o Lula está eleito. As pesquisas já mostram ser difícil essa inversão. O encontro vai tentar mais consenso entre os companheiros. O Rolf falou disso, da união entre as diversas organizações. O encontro não vai descobrir a pólvora. Vai unir. A grande proposta é essa. O consenso é um pouco geral. Há um consenso em torno das propostas.

Repórter Social – O senhor falou da reeleição praticamente. Mas nos governos estaduais a oposição deve vencer. O PT tem mais chances somente no Acre e Piauí. Os governadores têm o poder de polícia, inclusive sobre os sem-terra – a gente falou aqui da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Mesmo admitindo um governo Lula que não reprima movimentos, a gente não fica com um país ambíguo no que se refere à relação com direitos dos trabalhadores? Ou seja: a direita não vai se utilizar desses governadores para bater nos trabalhadores?

Dom Tomás - Há um fenômeno que é novo, está sendo cultivado, divulgado, que é o da própria sociedade civil. Os governadores são um poder. Provinciano, mas é um poder. Todo mundo disse: agora é Lula, então vem a reforma agrária. Só que a questão, depois de 30 anos de caminhada, é o povo ter de criar um instrumento adequado à vida democrática. Esse fracasso tem um lado positivo, de abertura de horizontes, que é na linha de fortalecer a sociedade civil. Falam do Evo Morales. Quanto mais o povo distante, mais a elite criola ia fazer as coisas dela. Derrubaram o presidente. Na Venezuela evitaram o golpe. Eu faço a mesma leitura que você faz: os governadores não vão ser mais aqueles amiguinhos. Porque a estrutura que nós estamos aí é a que gera esse tipo de governador.

Repórter Social – Detalhe: governadores com chances efetivas de serem presidentes da República em 2010...

Dom Tomás - Esse é um elemento complicador, que muda o cenário daquele que era antes. E
CONT.



acho positivo isso, que uma decepção com o fracasso como este realizado pelo governo Lula acaba permitindo a emergência da organização popular. Nem tudo no país é governo. Nem tudo vem do céu do Palácio do Planalto. Veja a força que exerceram os coronéis, os Sarney, Antonio Carlos Magalhães...

A entrevista segue para o seu final partindo para a biografia de Dom Thomas. Após quase duas horas de entrevista, ele fala da morte, dos que caíram na luta no campo. Um pouco de história do Brasil a partir da narrativa do líder da Pastoral da Terra. ***

Repórter Social – Aos 83 anos, o senhor viveu a juventude, adolescência, durante o Estado Novo. Boa parte da história do Brasil. Isso que o senhor fala de mobilização da sociedade civil é a principal novidade na sua trajetória de observador do país?

Dom Tomás - Já houve mobilizações interessantes. Tivemos as Diretas Já...

Repórter Social – Essa, pontual.

Dom Tomás - Pontual. E talvez fracassada, né? Terminado o fervor da mobilização... Eu participei lá em São Paulo. Quase me mataram. A massa de milhões mata qualquer um, se você quer atravessar...

Repórter Social – Quais foram os momentos mais tensos que o senhor viveu? Durante as ditaduras?

Dom Tomás - O momento mais tenso foi na estrada das organizações do campo, em Goiás. O governo militar estava por trás, mas era sobretudo a tensão com os latifundiários, porque na Diocese de Goiás foi um ponto de partida de alguns movimentos nacionais contra o custo de vida, movimentos por exemplo campanha nacional pela reforma agrária, nasceu lá, com o apoio do Betinho, depois ficou mais próximo lá do Ibase. A coisa acirrou nas sucessivas ocupações de terra.

Repórter Social – De que anos o senhor está falando?

Dom Tomás - Estou falando dos anos 80, início dos 90. Foi o momento mais duro. Porque essas organizações se apoiavam muito nas dioceses. Elas tinham referência até como local de reunião. Não eram autônomas, todas as dioceses, mas aproveitavam o espaço para fazer suas articulações. Chamavam assessores de onde eles queriam, livremente. O engraçado é que houve um... Vou contar um exemplo. Houve um encontro de trabalhadores na minha casa, porque lá era um centro diocesano de pastoral, com alojamento, com salões. Na hora assim do almoço dos trabalhadores rurais estavam reunidos e eles disseram: nós estávamos reunidos e não convidamos o senhor. O que o senhor diz? Eu disse: fico feliz de vocês poderem caminhar com suas próprias pernas, pensar com sua cabeça e caminhar com as pernas. A tensão ia esbarrar ali, porque a Diocese dava apoio a eles. O apoio da forma mais adequada, permitindo a eles o protagonismo. Não criamos movimentos de igreja para o campo. Nós abrimos espaços

CONT.



para o povo do campo ser sujeito, autor e destinatário de sua própria caminhada. Diziam inclusive que era o bispo que ordenava as ocupações. Não acreditavam que aquele peão pudesse ter cabeça para articular uma ocupação, envolvendo os diversos atores. Gente que achava que era somente pau-mandado, na condição de trabalhador doente que só fazia aquilo. A culpa recaía sobre o bispo. Então explicar as coisas a cada um, a gente deixava pra lá, não se incomodava com isso. Contanto que na realidade eles sejam os protagonistas, e não agentes de pastoral, Contag, seres muito iluminados. A minha experiência vem de longe. Antes de ir para a diocese de Goiás fui missionário em Conceição do Araguaia. De 1954 até 1967. Trabalhei em áreas indígenas, para isso estudei, fiz aqui pós-graduação em antropologia e linguística na UnB, cheguei a falar a língua de um deles.

Repórter Social – Qual língua?

Dom Tomás - Xicrin. Do grupo bacajá, Kayapó. Mas lá a gente já começou a encontrar a contradição da terra. Os posseiros. Porque lá o governo não se incomodava em dar títulos de terra, desde que o pessoal requeresse. Começou a dar para os ricos do sul. Mas havia inúmeros posseiros, que começaram a ser incomodados pelos novos donos da terra, que chegavam com o documento. O governo do Pará vendia a terra no mapa, o mapa de aerofotometria. Sem saber se lá tinha índio, tinha... Aí o conflito vinha quando o dono chegava e falava: olha aqui o meu documento. Isso aconteceu em Santa Terezinha, fundada pelos velhos missionários dominicanos franceses, tinha igreja, escola, casa das irmãs, o povoado foi se formando. O comércio, e as casas de família. Um belo dia chegou lá um cara de São Paulo, dono da empresa chamada Codeara, reuniu o povo e falou: vocês têm várias coisas que acho que são de vocês – igreja, escola, posto de saúde, suas casas, comércio. Vocês podem pegar isso e levar para onde vocês quiserem. A terra, que está embaixo disso, é minha. Você imagina... E quando era indígena... E o governo estadual, como você diz, mandava a polícia.

Repórter Social – Isso foi em que ano?

Dom Tomás - Deve ter sido em 1969, 1970.

Repórter Social – Ontem a dona Dijé, líder de quebradoras de coco no Maranhão, contou caso similar, no Conselho Federal de Psicologia, relativo à sua comunidade quilombola, queimaram todas as casas... Uma empresa japonesa.

Dom Tomás - É o mesmo processo. Acho que o instinto mau, mesmo, ignora quem está lá. E é um dinheiro que não vai para os cofres públicos. Vai para a corrupção. Pois o Estado tem o poder de venda, dá as escrituras públicas, mas a realidade a terra não é totalmente do Estado, é terra de posseiros, de povos indígenas, que tem direitos imemoriais. O resultado é a briga, o conflito. Isso para dizer que comecei no noviciado nesse clima, antes de vir para a Diocese de Goiás, onde fui arcebispo por 31 anos. Agora, como a gente disse, a polícia é formada ali mesmo. De vez em quando me chamavam para dar uma aula no quartel deles. Eles me conheciam, iam tomar bênção. É quem a gente encontrava nos despejos. Quando você via se aproximando o carrinho da gente, o pessoal ficava que nem marimbondo: olha ali, polícia, fazendo o cerco. Falavam: Dom Tomás... Você vê: ao mesmo tempo a tensão e a possibilidade de um papo, de um diálogo, sobretudo no nível da força policial. O que eu tinha medo,

CONT.



sobretudo em relação aos agentes de pastoral, era dos jagunços. Eu não tinha medo da polícia. Nunca tive. Nem do exército. Sabia que tinha vários agentes me acompanhando. Havia essa possibilidade de levar um diálogo com o dono da terra, ou então com o comando, a gente até combinava com a polícia, 'não faça esse despejo agora, espera mais um pouco, você não vai perder emprego por causa disso', aí dava tempo da negociação chegar. Todas as vezes o resultado das ocupações foram assentamentos.

Repórter Social – O senhor foi a muitos velórios de trabalhadores rurais?

Dom Tomás - Fui a muito velório de trabalhador rural, de padre assassinado...

Repórter Social – Quantos?

Dom Tomás - Não contei, mas teve dois mais presentes na minha memória. O padre Rodolfo Lunkenbein (morto em 15 de julho de 1976), padre João Bosco Burnier, assassinado em Ribeirão Cascalheiro (11 de outubro de 1976), padre Josimo (Tavares, assassinado em 1986, no Maranhão).

Repórter Social – Em que ano?

Dom Tomás - 76. Agora completaram 30 anos. É engraçado o episódio do Rodolfo. Entrou um jornalista aí, na história. Depois dele sepultado, do velório, eu estava na minha mesa de trabalho, o telefone toca. Um jornalista de Brasília me chama. Dom Tomás, no dia 20 de julho de 1976 onde é que o senhor estava? Eu peguei a agenda e falei: fui para o velório do padre Rodolfo, estava lá. Inclusive fui pilotando o aviãozinho. Mas ele falou: eu queria saber onde o senhor devia estar. O senhor devia ter cancelado um compromisso para ir lá. Eu vi na agenda que tinha que estar numa paróquia, encerrando a festa de um padroeiro. Aí ele falou: estou informado, por que ele tinha acesso a órgãos de segurança, que estava preparada sua morte naquele dia. (Ri.) Então eu digo sempre: o Rodolfo me salvou... Porque indo para o velório dele eu escapei.

Repórter Social – O senhor era de chorar com esses episódios?

Dom Tomás - Não. A gente tem uma espiritualidade diante... Até fiz um estudo sobre isso: sobre a morte. A morte nas comunidades eclesiais de base. E a morte na filial. Nessa romaria dos mártires o pessoal celebra praticamente a vida, não a morte. Porque há um culto da morte na igreja católica herdado de outras religiões, que não católicos, mas que a Igreja assimilou como culto dos mortos. Esse é triste, esse é luto. Nas comunidades eclesiais de base, é claro que o pessoal não deseja a morte, nem quer que morram os companheiros, transformam isso em bandeira de vida e de luta.

Repórter Social – Eu acabei de entrevistar a Elenira Mendes, que tinha 4 anos no dia do assassinato. Chico fez dedicatórias a ela, dizendo que ela teria de seguir a luta. Agora, com 22 anos, efetivamente está assumindo a causa...

Dom Tomás - Oscar Romero, arcebispo de El Salvador, ele declara explicitamente que se ele

CONT.



morrer a morte dele será motivo de ressurreição do povo de El Salvador. Ele ressuscitará na vida do povo de El Salvador. Então a consciência que o pessoal de Anapu tem a respeito da morte de Dorothy é que fortaleceu: sentiram o apoio não só do país, mas de todo o mundo em torno daquele ideal, porque não era só irmã Dorothy que tinha aquela ideia de centros ecológicos – é a mesma mentalidade do Chico Mendes. O pessoal ficou muito fortalecido com isso. A morte recupera um pouco a espiritualidade dos primeiros cristãos, que o sangue do mártir é semente, vida nova na igreja.

Repórter Social – O senhor conheceu todos esses personagens? Chico, Dorothy? Outro dia eu estava entrevistando a Elizabeth, a viúva do “Cabra Marcado para Morrer”, conforme o documentário do Eduardo Coutinho...

Dom Tomás – Conheci. Sobretudo Dorothy. Ela era do CPT. Josimo era meu companheiro de caminhada. Esteve até na cadeia, do exército araguaiano. O Tito Alencar... Bem na minha diocese tem um padre que ficou cego dos dois olhos, porque tomou um tiro de cartucheira, perdeu completamente a visão.

Repórter Social – Perdeu em Goiás?

Dom Tomás - Foi, foi lá. O tiro seria para o bispo. Ele é cego, mas foi promovido como pároco da mesma paróquia onde foi ferido.

Repórter Social – O que os mártires têm em comum? Liderança, fibra, visão do processo histórico?

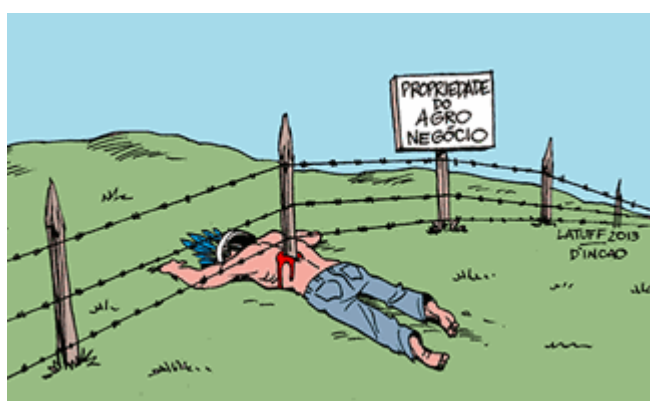
Dom Tomás - Certamente uma mística em comum. Na linha da libertação, de levantar as condições de vida do povo, a paixão pelo povo. Todos eles, de uma maneira muito forte. Isso é uma coisa que não é fruto de um aprendizado, de um noviciado. É um negócio complexo, não é? Como é que a pessoa chega a isso? É inato, parece que algo é inato. Um elemento que está encontrando as condições, então se afirma dessa forma.

Repórter Social – O senhor se arrepende de algo em sua trajetória?

Dom Tomás - Meu temperamento não é de ficar arrependido nem triste. Não é mérito de minha parte, é meu jeito de ser. Eu enfrento. Eu acho que herdei essa coragem de enfrentar os acontecimentos do meu pai. Meu pai foi juiz, numa área de cangaço. Eu era menino, acompanhava as estratégias para a defesa da família. Porque tinha um bando querendo ocupar a cidade – Formosa (GO), aqui perto. E ele era uma das pessoas juradas para morrer. Esse homem enfrentava isso com serenidade e continuava como juiz, julgando essas causas escabrosas. Formosa está ligada àquele perímetro que você vê em Guimarães Rosa, Urucuia, a interseção Minas-Bahia-Goiás, uma região muito pródiga em cangaço naquele tempo. E isso ia esbarrar aonde? Na Justiça.

Ministro da Agricultura [ou será do Agronegócio?] defende “regras para a demarcação de terras indígenas”: PEC 215

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.05.2014



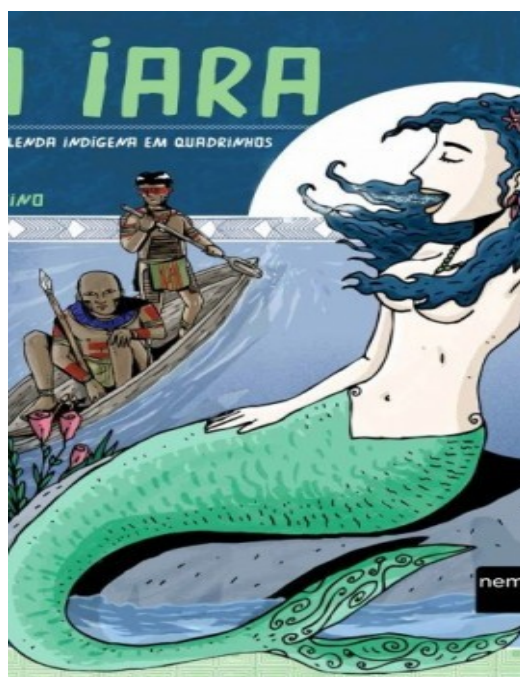
Presente à abertura da 80ª ExpoZebu, o ministro da Agricultura, Neri Geller (PMDB), afirmou que dará todo suporte para a votação da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 215. A proposta transfere da União para o Congresso Nacional os poderes para demarcar terras indígenas e motivou vários protestos na Câmara dos Deputados até o governo federal se posicionar contra o projeto no fim do ano passado. De acordo com Geller, a Constituição não deixa claros os critérios de demarcação indígena e a situação representa insegurança para os produtores rurais. “Sou a favor (da PEC). As demarcações têm que ter limites e regras. Por isso, o Congresso tem que votar a PEC 215”, declara.

O ministro argumenta que a reivindicação das comunidades indígenas é a qualidade de vida. No entanto, ao ser questionado sobre a resistência à PEC e as manifestações realizadas para barrar a votação da proposta no Congresso Nacional, Geller se esquivou e disse apenas que o projeto voltará a tramitar na Câmara dos Deputados. “O Ministério da Agricultura vai dar todo suporte para isso. Já deveria ter acontecido na década de 90. O governo está muito comprometido segurança jurídica no campo”, salienta.

Lenda indígena sobre Iara ganha versão em quadrinhos

SÍTIO D24AM, 04.05.2014

O livro foi escrito e desenhado pelo pernambucano Silvino



[São Paulo – A lenda da Iara ganhou uma versão em quadrinhos. A Editora Nemo lançou o livro 'A Iara: Uma lenda indígena em quadrinhos' (56 páginas, R\$ 42), escrito e desenhado pelo pernambucano Silvino.

O álbum traz uma história de amor e terror, inspirada nas narrativas indígenas brasileiras. A versão em quadrinhos reúne um traço moderno e uma história tradicional, abordando um tema ao mesmo tempo muito brasileiro e bastante universal.

Com um acabamento cuidadoso e linguagem atual, o livro traz a lenda dos povos indígenas de uma forma dinâmica.

Buraqueira e "pedágio" indígena

SÍTIO REVISTA GLOBO RURAL, 04.05.2014

Transportar a safra entre Tocantins e Maranhão traz uma série de problemas para os caminhoneiros



O tráfego intenso e a má condição das pistas representam um desafio para quem cruza as rodovias federais do Tocantins e do Maranhão. Em um trecho de quase mil quilômetros entre os municípios de Pedro Afonso (TO) e Presidente Dutra (MA), a reportagem da revista Globo Rural se deparou com uma intensa buraqueira, longos trechos sem acostamento, sinalização deficiente e "pedágios" informais.

Na Belém-Brasília, uma das mais importantes e movimentadas do país, diversos trechos estavam interrompidos parcialmente por obras de restauração. Nas proximidades da divisa com o Maranhão, no município de Aguiarnópolis (TO), uma cratera provocou a interdição total da via, obrigando os motoristas a tomar um desvio de quase 60 quilômetros por estradas estaduais em péssimo estado.

Na BR-226, a sensação de abandono é agravada nos 120 quilômetros que separam os municípios maranhenses de Grajaú e Barra do Corda. O trecho, que corta a Terra Indígena Canabrava, dos índios Guajajara, está em ruínas. Nos trechos mais críticos, pouco sobrou do asfalto e a erosão já corroeu o que havia de acostamento.

O cenário é mais impactante pelo grande número de crianças indígenas que se colocam perigosamente à beira da rodovia e, muitas vezes, à frente dos caminhões. Com enxadas nas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 05 de maio de 2014.

mãos e baldes cheios de terra, "fecham" a pista com um pedaço de corda e pedem retribuição dos motoristas pelo trabalho de tapa-buracos que encenam em meio ao tráfego pesado.

O cenário se repete em diversos pontos da travessia e reúne dezenas de crianças, adolescentes, mulheres com crianças de colo e idosos. "Um Real! Um Real!", gritam os meninos e meninas, enquanto erguem os braços. Alguns motoristas se comovem e distribuem poucos trocados. Outros buzina e avançam sobre as frágeis "cancelas" de barbante.



Inaplicabilidade de prescrição é utilizada para conceder benefício à indígena
SÍTIO ÂMBITO JURÍDICO, 05.05.2014

No mês de abril, a Defensoria Pública da União (DPU) no Rio Grande do Sul obteve mais uma conquista a favor da população indígena. A atuação da Defensoria resultou na concessão de todas as parcelas devidas do benefício pensão por morte que a assistida M.F. foi buscar junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quatro anos após o óbito de sua mãe.

A indígena buscou o instituto em 14 de abril de 2011, data em que contava com 19 anos de idade, com o objetivo de ver concedido o benefício de pensão por morte desde o falecimento de sua mãe, ocorrido em 16 de novembro de 2007. A autarquia concedeu o benefício somente a partir do pedido administrativo. De autoria do defensor público federal Rafael Fiolic Alvarez, a ação ingressada pela DPU tramitou perante a 21ª Vara Federal de Porto Alegre. A ação buscava as parcelas devidas desde o falecimento e apresentava como tese a inaplicabilidade do instituto da prescrição aos indígenas não integrados à sociedade.

O pleito da DPU foi totalmente acolhido pela magistrada federal Fabia Souza Presser. Ela ressaltou que M.F. não era integrada à sociedade a ponto de lhe garantir capacidade civil plena antes dos 21 anos. "Tal fato reflete uma situação bastante corriqueira ainda nos dias de hoje, sendo indispensável a realização de um trabalho educativo de base junto às comunidades indígenas, de modo a resguardar os seus legítimos direitos", disse o defensor.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 05 de maio de 2014.

Guaranis Race acontece dentro de aldeia indígena

SÍTIO WEBVENTURE, 05.05.2014

Prova tem 13 quilômetros de trilhas na Praia da Boracéia, em São Paulo

Localizada na Praia de Boracéia, litoral norte de São Paulo, a Aldeia Rio Silveira possui uma área de 948 hectares onde vivem cerca de 400 índios da etnia Guaraní, que ainda cultivam a história e a cultura dos seus antepassados.

Esse é o cenário da Guaranis Race. Serão 13 quilômetros de percurso em trilhas cercadas pela Mata Atlântica. Ao longo da prova, os corredores irão passar por duas travessias de rio, a primeira por um grande e firme tronco e a segunda com água quase ao meio das canelas.

O percurso não tem pontos de hidratação, os corredores podem simplesmente se abaixar e encher suas garrafas ou tomar a água do Rio Silveira. Segundo os organizadores, a água é 100% potável.

Minutos antes da largada, haverá uma apresentação de dança típica e o pajé rezará um rito para dar boa sorte aos participantes da corrida.

Para completar a experiência, atletas e seus familiares poderão ter os seus rostos pintados pelos índios, além de visitar uma exposição de artesanato com adornos, cocares, pulseiras, balaies de palha, arcos e flechas, além de comidas e bebidas típicas, na arena do evento.

A Guaranis Race acontece no sábado dia 21 de junho.

Mais informações e inscrições no site: www.xcountry.com.br/guaranis-race/



Documento Final do Encontro de Professores Indígenas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina

SÍTIO CIMI, 05.05.2014

Nós, professores indígenas dos povos Kaingang, Guarani Mbya e Xokleng, participantes do "Encontro dos educadores indígenas", realizado nos dias 03 e 04 de maio de 2014 em Chapecó, SC, representando 14 terras indígenas e mais de 20 aldeias dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, denunciemos: a situação de nossas escolas e da educação escolar indígena; a falta de autonomia dos povos indígenas com a gestão de suas escolas; a distância das coordenadorias dos estados com a educação escolar.

A falta de formação continuada para nossos professores e o não cumprimento das responsabilidades e atribuições do estado e das esferas municipais para com a educação indígena, impedem nossos povos de ter acesso a uma educação diferenciada baseada em nossos costumes, tradições e especificidade de cada povo, ferindo assim nossos direitos conquistados em luta e a própria Constituição Federal de 1988, Convenções internacionais como a 169 da OIT e demais legislação indigenista.

Frente a isto, nossos professores estão se organizando através de uma articulação e formação de uma comissão indígena composta por representantes dos estados e desde já exigimos dos órgãos responsáveis o cumprimento emergencial e imediato das demandas abaixo listadas, e que estes órgãos garantam nosso direito a uma educação baseada na especificidade de cada um dos povos que assinam este documento:

- Que seja garantida a formação continuada para professores indígenas.
- Que seja garantida a participação indígena na gestão das escolas, inclusive em cargos de direção e coordenações, para isso, que sejam garantidos concursos ou mecanismos que garantam essa participação.
- Criação de concurso público para efetivação de professores indígenas. Que seja garantida a participação dos povos indígenas na elaboração do mesmo.
- Junto ao MEC aprofundar a discussão a respeito do "Programa Nacional dos Territórios Étnico-Educacionais".
- Que seja criado e garantido um sistema educacional próprio para os povos indígenas.
- Criação de espaços internos dentro das coordenadorias/gerências onde os indígenas possam discutir e deliberar de forma direta suas políticas e ações para a educação aproximando assim os setores pedagógicos e de relações humanas das demandas das comunidades.

Anunciamos como representantes dos povos Kaingang, Guarani Mbya e Xokleng que compõe

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 05 de maio de 2014.

esta Comissão entre indígenas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina:

Povo Kaingang: Ari Neres, Vanisse Domingos, Jocemar Kovenh Garcia, Valmor Venhbra, Pedro Alves de Assis.

Povo Guarani Mbya: Eunice Antunes, Adão Antunes, Carlos da Silva, Cecília Barbosa, Marcos Moreira.

Povo Xokleng: Aristides Kriri, Josiane de Lima, Copacãm Tschucambang, Woie Kriri Sobrinho Patte, Vouge Camlem.

Sem mais, assinam os professores

Chapecó – SC, 04 de maio de 2014.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 05 de maio de 2014.

Último ano para a coleta de assinaturas da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.05.2014

Campanha pelo Território Pesqueiro - Entramos no último ano para conseguirmos as assinaturas necessárias para que o projeto de lei proposto pela Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras seja encaminhado ao Congresso Nacional. No vídeo, pescadores, pescadoras, agentes de pastoral e professores falam sobre a importância de se garantir o território de pescadores e pescadoras artesanais.

Ajude na coleta de assinaturas para garantir os direitos das comunidades tradicionais pesqueiras de todo o Brasil. Acesse o abaixo-assinado em nosso blog e tenha mais informações aqui (<http://www.peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br/>).

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=dJCtICEj8ms



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 05 de maio de 2014.

Livro sobre o Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil será lançado dia 8 em Brasília

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.05.2014

CONVITE

O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e a Editora Fiocruz convidam para a apresentação e o lançamento do livro *Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos*, com a presença de Tania Pacheco, uma das organizadoras da publicação.

O livro apresenta o Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil, sua concepção e metodologia, e traz análises e conclusões sobre os diferentes casos nele mapeados.

Dia 08 de maio, quinta-feira
às 19 horas, no Centro Cultural de Brasília - CCB

Início da Av. L2 Norte, SGAN 601
Módulo "B" Asa Norte
Brasília/DF

Um inventário dos conflitos envolvendo injustiça ambiental no Brasil, que mostra como estes estão aumentando em número e gravidade, como resultado de um projeto hegemônico de desenvolvimento injusto e insustentável. É o que nos revela o livro *Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos* (Editora Fiocruz), que será lançado no próximo dia 08 de maio, quinta-feira, às 19h, no Centro Cultural de Brasília (CCB), com a presença de uma de suas organizadoras, Tania Pacheco – que o coordenou ao lado de Marcelo Firpo Porto (Fiocruz) e Jean Pierre Leroy (Fase).

O livro é resultado do trabalho meticuloso e mundialmente pioneiro dos pesquisadores vinculados ao Projeto 'Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil', cujo processo de construção foi iniciado em 2008, sob a responsabilidade da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), com apoio do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, do Ministério da Saúde.

O Mapa visa dar visibilidade aos conflitos socioambientais provenientes das lutas contra as injustiças e o racismo ambiental nos territórios, contrapondo-se à lógica antidemocrática, que

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 05 de maio de 2014.

restringe o exercício da cidadania dos povos e comunidades atingidos por projetos de desenvolvimento, os quais são considerados pelas forças hegemônicas como entraves ao desenvolvimento e não sujeitos de direitos. O livro, por sua vez, apresenta em oito artigos o Mapa de Conflitos, sua concepção e metodologia, e traz análises e conclusões sobre os diferentes embates nele mapeados, bem como sobre alternativas para o futuro.

O lançamento em Brasília é uma promoção do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e da Editora Fiocruz e será precedido por uma apresentação do Mapa de Conflitos e da publicação por Tania Pacheco. Ela mostrará como ele funciona, como pode e deve ser usado nas lutas dos setores populares; e fará uma síntese crítica e política do que ele nos mostra, denunciando a realidade do País, a partir das forças em conflito, suas causas e consequências.

A atividade ocorrerá como parte da programação do primeiro encontro formativo da turma de 2014 do Programa Liderar – Desenvolvimento de lideranças entre povos e comunidades tradicionais da Amazônia, iniciativa conduzida pelo IEB, que reconhece e aposta no papel transformador dos grupos sociais organizados e de suas lideranças políticas legítimas, no enfrentamento de conflitos e na construção de uma sociedade justa e sustentável.

Serviço

O que? Lançamento do livro *Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos* (Editora Fiocruz), organizado por Marcelo Firpo Porto, Tania Pacheco e Jean Pierre Leroy.

Quando? 08 de maio de 2014, quinta-feira, às 19h.

Onde? Centro Cultural de Brasília (CCB), L2 Norte, SGAN 601 – Módulo “B” Asa Norte.

Quem? Com a presença de Tania Pacheco, uma das organizadoras.

Como? Apresentação do Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil, seguida de lançamento da publicação.

Índios e lavradores dão adeus a dom Tomás durante velório em Goiás

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 05.05.2014

Velório realizado em Goiás e Goiânia reuniu pessoas emocionadas que lembraram a luta do religioso contra a injustiça social. Governador de Goiás decretou luto oficial de três dias



Durante o velório, na cidade natal de dom Tomás, a preocupação era com a continuidade da luta da Igreja pelos pobres, negros e indígenas

O corpo de dom Tomás Balduino, morto aos 91 anos, na sexta-feira, em função de uma trombo-embolia pulmonar, foi velado durante todo o dia de ontem. Fundador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), na década de 1970, o religioso era um dos principais nomes da ala social da Igreja Católica no Brasil. Ontem, o velório do religioso começou em Goiânia, onde ele residia, antes de seguir para a cidade de Goiás, na qual Balduino era bispo emérito.

O governador Marconi Perillo (PSDB) decretou luto oficial de três dias e, em nota, enalteceu a "atuação firme e corajosa na luta a favor dos mais carentes e dos indígenas. Também ajudou pessoas perseguidas pela ditadura militar. Um exemplo ímpar de amor e doação ao próximo". Após uma longa cerimônia na capital, permeada por discursos políticos, o corpo de dom Tomás viajou 140 km até Goiás (GO). No meio da tarde, o caixão chegou à antiga capital do estado goiano em um caminhão do Corpo de Bombeiros. Um cortejo passou pela periferia da pequena cidade para depois chegar à Catedral de Nossa Senhora de Santana, onde Balduino será enterrado na manhã de hoje.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 05 de maio de 2014.

Logo na entrada da igreja, cerca de 40 índios Krahô-Kanela e Tapirapés, do Tocantins, “acolheram o corpo e conduziram o caixão para dentro da catedral. Houve uma celebração emocionante”, conta o padre Celso Leonel Carpenedo, pároco da Igreja de Santa Rita, em Goiás(GO). Na cidade desde 1981, o religioso conviveu longamente com dom Tomás Balduino, bispo diocesano da cidade entre 1967 e 1999.

“As índias choravam muito, os homens cantavam e dançavam. Pintaram dom Tomás, colocaram um cocar de chefe indígena. Depois, fizeram depoimentos muito emocionantes, pedindo a continuidade da igreja na defesa dos povos indígenas, dos negros, dos camponeses. Não pediam só por eles”, relata Carpenedo.



Demarcação de terras indígenas é cumprimento da Constituição, diz dom Erwin Krautler

SÍTIO O FRONTEIRA DGM, 05.05.2014

"A situação indígena é uma questão crucial no Brasil". Desta forma, o presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), dom Erwin Krautler, apresentou o assunto aos participantes da 52ª Assembleia Geral dos Bispos do Brasil, na tarde desta sexta-feira, 2 de maio, em Aparecida (SP). Antes, na coletiva de imprensa, o bispo conversou com os jornalistas sobre o assunto.

Dom ErwinDe acordo com o bispo, a demora na demarcação de terras indígenas é um desrespeito à Constituição. "A Constituição de 1988 determinou um prazo de quinze anos para esta demarcação em todo o território nacional. Nem a metade destas áreas foram ainda demarcadas. Muitas estão em processo ou engavetadas. Este é o motivo das hostilidades entre os que ocupam ilegalmente estas áreas e os povos indígenas", disse dom Erwin.

O presidente do Cimi explicou que não se pode acusar os agricultores, já que a grande maioria deles foi assentada em áreas indígenas pelo Estado. "O governo nada ou pouco faz para dirimir esse conflito. É algo sério, e está acontecendo muito derramamento de sangue", alertou. Por este motivo, ele considera que a demarcação de terras indígenas deve ser feita em caráter de urgência.

Dom Erwin explicou também a visão do Cimi a respeito das indenizações. "Os agricultores devem ser indenizados. E que não seja apenas sobre as benfeitorias.". Ele também destacou que é preciso que as famílias sejam reassentadas em outras terras, e que se deve ter uma atenção especial aos idosos. "É preciso ressarcir o suor derramando durante décadas".

Na fala aos participantes da Assembleia Geral, o bispo também denunciou uma campanha anti-indígena que está deflagrada em todo o território nacional, e reafirmou a posição contrária à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 215, em que a bancada ruralista deseja retirar do Poder Executivo a prerrogativa de demarcar terras indígenas. "Esse trabalho exige estudos etnológicos, antropológicos, cartográficos e outros. Não é questão de votar. Isso é um absurdo. No fim das contas, seria uma afronta, um retrocesso vergonhoso diante da opinião pública mundial, se o Brasil permitir que os povos indígenas sejam, através destas manobras, eliminados da face da terra".



Inaplicabilidade de prescrição é utilizada para conceder benefício à indígena
SÍTIO DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, 05.05.2014

Porto Alegre, 05/05/2014 – No mês de abril, a Defensoria Pública da União (DPU) no Rio Grande do Sul obteve mais uma conquista a favor da população indígena. A atuação da Defensoria resultou na concessão de todas as parcelas devidas do benefício pensão por morte que a assistida M.F. foi buscar junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quatro anos após o óbito de sua mãe.

A indígena buscou o instituto em 14 de abril de 2011, data em que contava com 19 anos de idade, com o objetivo de ver concedido o benefício de pensão por morte desde o falecimento de sua mãe, ocorrido em 16 de novembro de 2007. A autarquia concedeu o benefício somente a partir do pedido administrativo. De autoria do defensor público federal Rafael Fiolic Alvarez, a ação ingressada pela DPU tramitou perante a 21ª Vara Federal de Porto Alegre. A ação buscava as parcelas devidas desde o falecimento e apresentava como tese a inaplicabilidade do instituto da prescrição aos indígenas não integrados à sociedade.

O pleito da DPU foi totalmente acolhido pela magistrada federal Fabia Souza Presser. Ela ressaltou que M.F. não era integrada à sociedade a ponto de lhe garantir capacidade civil plena antes dos 21 anos. “Tal fato reflete uma situação bastante corriqueira ainda nos dias de hoje, sendo indispensável a realização de um trabalho educativo de base junto às comunidades indígenas, de modo a resguardar os seus legítimos direitos”, disse o defensor.

Assessoria de Comunicação Social
Defensoria Pública da União



Juiz manda Estado indenizar família em R\$ 4,5 mi por venda de área indígena
SÍTIO BARRA 1, 05.05.2014

A juíza da 3ª Vara de Fazenda Pública de Cuiabá, Antônia Siqueira Gonçalves Rodrigues, determinou que três familiares de José Firmino de Melo e Altair de Figueiredo Melo recebam uma indenização por danos materiais e morais no valor de cerca de R\$ 4,5 milhões do Estado de Mato Grosso. A decisão é do último dia 16.

De acordo com autos do processo, José e Altair adquiriram 8,1 mil hectares de terras às margens do rio Xingú, no Vale do Araguaia. A área foi comprada do próprio Estado em 1961 à margem direita do rio Xingú.

O Estado pediu anulação argumentando que o processo estaria prescrito com base num decreto de criação da área indígena. "Levanta, também, preliminar de prescrição da pretensão indenizatória, sob o fundamento de que o prazo prescricional de cinco anos passou a correr a partir de 1961, quando foi disciplinado o Decreto n. 50.455, que criou o Parque Nacional do Xingu.

Alternativamente, entende que o marco prescricional deve ser reconhecido após o trânsito em julgado do acórdão, que excluiu o Estado de Mato Grosso da lide junto à Justiça Federal", citou a procuradoria-geral.

Os herdeiros Rita de Cássia Figueiredo Melo, Geraldo Tadeu de Melo e José Eduardo Eduardo de Melo tentaram utilizar a área, mas foram barrados pelo fato de que desde 1934 as terras indígenas são de propriedade da União.

Em sua decisão, a magistrada considerou que o Estado tem culpa ao vender a época uma terra que estaria alienada. "Portanto, se o imóvel não poderia ser vendido pelo Estado de Mato Grosso, mesmo que ele tenha sido vendido posteriormente por terceiro, a responsabilidade é do Estado uma vez que foi com ele que se formou o vínculo jurídico originário, sendo ele o responsável pelo ato ilícito decorrente da culpa anônima do serviço, ao vender bem inalienável", comentou Antônia.

A juíza acrescentou que a família teve problemas financeiros por não poder explorar a imensa área. "No caso, o dano é evidente, em razão da perda da propriedade, que acarretou prejuízos financeiros aos autores, já que não foram indenizados pela ação reivindicatória e deixaram de auferir lucro com a exploração da terra. O nexo causal é nítido, tendo em vista que o requerido vendeu um bem que não lhe pertencia", acrescentou.



Ângela confirma pré-candidatura e anuncia Instituto Federal Indígena

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 05.05.2014

YANA LIMA

Editoria de Política

yana@folhabv.com.br

A senadora Ângela Portela (PT) confirmou a pré-candidatura ao Governo do Estado, contrapondo boatos de um possível recuo. Ela afirmou que está trabalhando na articulação da formação de uma aliança com diversos partidos da base aliada e que é destas siglas que deve partir a indicação de um nome para ocupar o cargo de vice-governador pela chapa.

A pré-candidata adiantou que a aliança a ser composta vem com um projeto diferenciado do grupo governista no que diz respeito à indicação para a vice-governadoria. Ângela adiantou que está havendo diálogos com siglas como o PCdoB, PP, PDT, PTB, PEN e PHS, para formar a aliança oposicionista.

"O vice será uma pessoa que estará somando conosco nesse processo de mudança, pois eu vou cumprir integralmente meu mandato, ao contrário do grupo governista, cujo projeto é que o candidato ao governo deixe o cargo após três anos e meio para que o vice assuma", afirmou a senadora durante o programa Agenda da Semana, deste domingo, na Rádio Folha.

O lançamento oficial da candidatura de Ângela ao Governo está agendado para o próximo dia, no Centro de Tradições Gaúchas (CTG), a partir das 16 horas, com a presença confirmada do presidente nacional do PT, Rui Falcão. "Vamos mostrar para população e para a classe política que o PT nacional nos apoia", disse.

Quanto aos projetos de Governo, Ângela salientou que embora já tenha diretrizes para a gestão, os projetos partirão de discussões com a sociedade, de modo que as propostas sejam discutidas com a participação popular. "Mais do que ninguém, o povo sabe o que é preciso melhorar no estado", observou.

Instituto Federal Indígena de Roraima será o primeiro do país

Segundo a senadora, após uma articulação junto ao Ministério da Educação (MEC), estão prestes a serem construídos mais três campi do Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). Um deles deve ser o primeiro Instituto Federal Indígena do país. Uma equipe da instituição está trabalhando junto às comunidades e, em setembro, uma assembleia indígena deve discutir o melhor lugar para a construção da instituição.

"Os indígenas representam 15% da população do estado. É uma parcela que precisa ser incorporada e participar melhor da sociedade, e cabe a nós, viabilizarmos esta integração", disse a parlamentar.

CONT.



Está prevista ainda, a criação de um campus da instituição no município de Bonfim, a 125 quilômetros da Capital, disponibilizando aos munícipes, 800 vagas de ensino similar ao ofertado em Boa Vista. As obras estão previstas para iniciarem no segundo semestre de 2014.

No sábado passado, dia 26, foi lançada a pedra fundamental do campus do instituto da Zona Oeste de Boa Vista, a ser construído no Conjunto Cidadão, no bairro Senador Hélio Campos.

Com investimentos de R\$ 4 milhões do MEC, será construída estrutura para ofertar ensino médio, técnico, superior e de pós-graduação a cerca de 1.250 alunos na Zona Oeste, que concentra a maior parte da população da cidade. O prédio deve acolher também um centro de tecnologia e um núcleo de educação a distância.

BALANÇO

Ao fazer um balanço da atividade parlamentar como deputada federal e senadora, Ângela, que é professora, disse que foram priorizados os investimentos na área da Educação, buscando a melhoria da qualidade do ensino.

Na Educação Infantil, a senadora afirmou ser a ampliação do número de vagas, o maior desafio. Atualmente, menos de 20% das crianças de zero a cinco anos estão inseridas em creches especializadas. Neste sentido, ela salientou a construção de quatro novas creches no interior do estado, e a articulação, junto ao MEC, para a construção de 18 creches em Boa Vista.

“Ao todo, 36% das famílias roraimenses têm mulher como chefe de família e, para isso, elas têm que ter onde deixar seus filhos para poderem trabalhar. Por isso, temos feito um trabalho para dotar todos os municípios de creches”, ressaltou. (Y.L)